

Sumário

Número de notícias: 36 | Número de veículos: 25

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - OPINIÃO
ANFIP

Fios soltos na simplificação tributária (Artigo) 4

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Política não trava a pauta econômica, afirma Lira 5

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Após fala de Haddad, vídeo de chefe da Receita cria nova crise com Lira 6

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo prevê "caos" se taxaço de offshores não for votada 7

FOLHA ONLINE - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O que a Reforma Tributária tem a ver com sonho de valsa, sorvetes e cerveja 9

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Fila do INSS sem atualização 11

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Lira diz a líderes que votação do arcabouço será até amanhã 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
POLÍTICA

Lula pede, e Casa Civil lançará PAC em todos os estados para fortalecer a marca do programa
..... 13

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
REFORMA TRIBUTÁRIA

Está na hora de votar o arcabouço fiscal (Editorial) 15

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
POLÍTICA

A tirania da mediocridade (Artigo) 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacheco: reforma pode avançar em outubro 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Queda de juros, reforma tributária, projetos importantes no Congresso (Artigo) 20

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reflexões sobre a Reforma Tributária (Artigo) 22

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Cesta básica custa R\$ 34,7 bi à União com itens como salmão e picanha 24

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacheco defende teto e exceção para advogados na Tributária	26
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
"Juros podem cair mais rápido do que a gente prevê"	28
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Presidente da Câmara cobra governo sobre reforma para cortar despesas	30
O GLOBO - RJ - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma tributária melhor (Artigo)	32
O GLOBO - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Tributária: Pacheco espera votar no Senado em outubro	33
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Conselho do IVA será maior debate no Senado, prevê Tebet	34
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Tributária será promulgada neste ano, diz Pacheco	35
AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Haddad: Brics não deve significar antagonismo com outros fóruns	37
CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Correio debate reforma tributária como força para combater o mercado ilegal	38
G1 - NACIONAL - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Proposta de reforma tributária vence resistência de empresários da Zona Franca de Manaus	39
G1 - NACIONAL - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma tributária: Congresso deixa para depois análise de cesta básica, cashback e alíquota do IVA	41
O GLOBO ONLINE - RJ - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Senado pode melhorar reforma tributária	43
PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
'Mãe de todas as reformas', diz Lira em evento da Fiesp sobre texto da reforma tributária	44
PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Vídeo: Em evento da Fiesp, Pacheco ressalta importância da aprovação da reforma tributária	45
PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
'Quanto menos isenções tivermos, mais justo será', diz Pacheco sobre reforma tributária	46

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA Dólar cai frente ao real com alívio externo e de olho em autoridades	48
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Boletim do FGV Ibre eleva previsão para PIB	49
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA Hora de vincular os royalties à Previdência - RAUL VELLOSO	51
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA Governo abre processo contra 123 Milhas	53
FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA ECONOMIA Com mais investimento, agronegócio avança e fortalece economia	55
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA Selic menor vai aliviar peso da dívida	56
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA Em julho, 89% das categorias têm reajuste acima da inflação, diz Dieese	57

Fios soltos na simplificação tributária (Artigo)

Vilson Antônio Romero *Jornalista, auditor fiscal, presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, diretor da Associação Riograndense de Imprensa*

Vamos combinar: não está sendo feita uma **reforma tributária**. O texto traz, isto sim, uma simplificação parcial do "manicômio tributário" no qual vivemos, nós, contribuintes. Os dois novos **tributos** anunciados, a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), numa conjugação chamada de Imposto sobre Valor Agregado (IVA), podem ter uma alíquota no topo do gênero em termos internacionais.

Há inúmeros fios soltos ainda no processo que tem apoiadores entusiasmados tanto quanto críticos exacerbados. Algumas mudanças são alentadoras, como a taxação no destino, o fim da cumulatividade (tributo sobre tributo) e instituir um "imposto do pecado" sobre produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente. Porém, as pressões setoriais privilegiaram segmentos com isenções ou redução em até 60% nas alíquotas.

Foram isentadas atividades de reabilitação urbana de zonas históricas e de áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística; serviços de educação previstos pelo ProUni; serviços de transporte público coletivo urbano, semiurbano ou metropolitano; produtor rural pessoa física ou jurídica com receita anual inferior a R\$ 3,6 milhões e para produtos integrados; serviços relacionados ao programa emergencial de retomada do setor de eventos (Perse); bem como itens de uma futura cesta básica nacional.

Outros setores lograram constitucionalizar a redução das alíquotas em cerca de 60%, como serviços de educação; serviços de saúde; dispositivos médicos e de acessibilidade para deficientes; medicamentos e produtos de cuidados básicos à saúde menstrual; insumos agropecuários e aquícolas, alimentos destinados ao consumo humano e produtos de higiene pessoal; produções artísticas, culturais, jornalísticas e audiovisuais nacionais e atividades desportivas; bens e serviços relacionados à segurança e soberania nacional, segurança da informação e cibernética.

É uma questão aritmética: se a alíquota de referência, estimada em 24%, diminuir ou zerar para alguns,

deverá ser compensada com a elevação para outros segmentos para obtermos a chamada "reforma neutra", sem elevação da carga tributária para a sociedade. Isso sem falar que a Cofins, principal fonte de financiamento da **Seguridade Social** some nesse cipoal, sem garantir **recursos orçamentários** à saúde, assistência e **previdência social**, políticas fundamentais do nosso "welfarestate" tupiniquim.

Há inúmeras questões que nos fazem duvidar se, efetivamente, teremos uma mitigação da "guerra fiscal", nos termos do texto hoje no Congresso, até porque com essa simplificação tributária ainda não chegaremos perto de cumprir a promessa de campanha de "colocar o pobre no orçamento e o rico no imposto de renda". Falta muito. Vamos torcer.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?flip=acervo>

Política não trava a pauta econômica, afirma Lira

Eduardo Cucolo

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que o Congresso não deixará devotar questões de interesse nacional por causa de problemas de negociação política, negou que o Legislativo esteja se sobrepondo a outros Poderes e disse que o Parlamento ganhou projeção porque estava aquém dos seus limites.

As afirmações foram feitas durante evento organizado pela Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) para tratar da **Reforma Tributária** e após declarações do ministro Fernando Haddad (Fazenda) de que a Câmara "está com um poder muito grande".

No mesmo evento, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), cobrou de outros Poderes e instituições respeito às decisões do Parlamento.

"A gente há de convir que todas as especulações de que o Congresso não vai votar aquilo porque não se entregou aquilo outro, porque o ministério A ou o ministério B, isso não existe em questões de interesse nacional", disse Lira, listando a aprovação de reformas já concluídas pelo Congresso e outros temas ainda pendentes. Entre eles, a **Reforma Tributária**, o arcabouço fiscal e o projeto que muda as regras do **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)**.

Segundo Lira, o Congresso está chegando a um momento de equilíbrio, de estabilidade, de reconhecer quais são suas atribuições, quais os seus limites.

"A gente anda por aí e vê que nós é que estávamos aquém dos nossos limites. A política retroagiu muito, e é importante que o equilíbrio entre Legislativo, Executivo e Judiciário aconteça da maneira mais harmônica possível, sem que nenhum Poder interfira nas atribuições do outro. Cada um sabendo do seu quadrado, dos seus limites de atribuição."

Sobre a **Reforma Tributária**, destacou o papel de governadores do Sul e Sudeste para a aprovação do texto, citando nominalmente vários deles. Disse ainda que o Senado terá a oportunidade de melhorar a proposta. Destacou ainda que nem Câmara nem Senado vão impor suas vontades, uma vez que o texto aprovado precisa ser idêntico.

Lira também disse que, em algum momento, o governo vai ter de discutir cortes de despesas e uma reforma administrativa, destacando que já há um projeto aprovado em comissão especial no Congresso. Nesse ponto, foi aplaudido pelos empresários presentes.

Pacheco (PSD-MG) cobrou do governo uma política econômica que busque uma arrecadação que seja sustentável e que não prejudique quem produz, uma vez que os resultados econômicos da **Reforma Tributária** podem demorar a aparecer.

Disse ainda que o governo não deve insistir em temas que já foram votados, como Lei das Estatais, independência do Banco Central e privatização da Eletrobras.

"Não vejo a menor condição dever qualquer retrocesso em relação a isso, temos de pensar para a frente", afirmou, sendo aplaudido pelos empresários. "É bom que se respeite aquilo que já foi feito."

Segundo Pacheco, o próprio sucesso da questão tributária dependerá do respeito de outros Poderes e instituições, entre eles a **Receita Federal**, ao que está sendo aprovado pelos parlamentares.

"Esse respeito do Judiciário e do Executivo é fundamental."

É importante que (...) nenhum Poder interfira nas atribuições do outro. Cada um sabendo do seu quadrado, dos seus limites de atribuição

Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara dos Deputados

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50376&maxTouch=0&anchor=6481938&pd=c4e1dcc85480e2156022eb6c1a4e7a78>

Após fala de Haddad, vídeo de chefe da Receita cria nova crise com Lira

ADRIANA FERNANDES MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA

Numa ação inédita para a sisuda **Receita Federal**, o secretário do órgão, Robson Barreirinhas, usou as redes sociais para defender a cobrança do IR de investimentos feitos por brasileiros em paraísos fiscais. A ação acabou gerando um novo mal-estar com deputados uma semana depois da crise deflagrada pela fala do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que apontou para um excesso de poder da Câmara.

Em um vídeo curto publicado no Instagram, o chefe da Receita defendeu a taxaçoão dos investimentos nos chamados fundos offshore. O vídeo, porém, foi apagado e não está mais disponível.

O link havia sido distribuído pela assessoria da Fazenda a um grupo de jornalistas.

Segundo apurou o Estadão, o vídeo foi apagado por ordem do secretário executivo da Fazenda, Dario Durigan, após o incômodo de deputados, que fizeram chegar ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), a queixa de que o governo tenta "emparedar o Congresso". Na avaliação de Lira e da cúpula da Casa, essa "não é uma ação inteligente" e pode afetar a tramitação de projetos de interesse na Câmara.

Lira não apoia a taxaçoão, com a qual Haddad conta para aumentar a arrecadação em 2024 e garantir o cumprimento da meta de zerar o rombo nas contas do governo no ano que vem.

"É muito importante nós começarmos a tributar os investimentos em paraísos fiscais", disse Barreirinhas no vídeo, lembrando que essa taxaçoão vai compensar a perda de arrecadação com a correção do salário mínimo acima da **inflação** e do limite da tabela do IR. Segundo ele, a cobrança iria atingir somente 0,04% dos brasileiros ricos com reais no exterior.

A taxaçoão das offshore e dos fundos exclusivos de alta renda existentes no Brasil e a pressão pela **reforma ministerial** foram o estopim das críticas de Haddad ao comando Câmara, na semana passada. Procuradas, Fazenda e Receita não explicaram a razão para o material ter saído do ar.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo prevê "caos" se taxaço de offshores não for votada

Guilherme Pimenta, Lu Aiko Otta e Raphael Di Cunto

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) avalia que pode ser criado um "caos jurídico e político" caso o Congresso Nacional não aprove nesta semana a medida provisória da tributação de offshores e trusts, que serve para compensar a ampliação de isenção da tabela do Imposto de Renda (IR), em vigor desde o dia 1 - de maio, para R\$ 2,64 mil mensais. Isso fez com que lideranças tanto da equipe econômica como do Congresso Nacional iniciassem uma "estratégia de comunicação" nas redes sociais com o intuito de convencer a opinião pública às vésperas do vencimento da medida e, assim, pressionar os parlamentares pela aprovação do texto.

A Fazenda vê o cenário com extrema preocupação, já que líderes do parlamento, capitaneados pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), têm defendido que a medida deve ser convertida em projeto de lei (PL) e, portanto, não deve ser tema de MP.

O principal temor do governo é: caso seja aprovada somente a nova faixa de isenção do IR, sem a medida de compensação, Lula não teria muitas alternativas. No pior cenário, seria obrigado a vetar a medida, com todo o ônus político de a tabela do IR retornar aos patamares anteriores, sob pena de infração à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Nesse caso, o trabalhador sentiria o efeito imediatamente no mês de setembro, já que passaria a valer os patamares antigos de isenção do IR e, assim, teria de voltar a recolher mais na fonte.

Outra saída possível seria a Fazenda editar uma nova MP para criar **impostos** ou elevar alíquotas para compensar os efeitos da isenção do IR, tanto em relação ao passado quanto ao futuro. "Estão colocando uma faca no pescoço do governo", criticou uma fonte, sob a condição de anonimato. "Há uma situação caótica sendo criada tanto juridicamente quanto politicamente", complementou.

Técnicos do governo lembram, inclusive, que mesmo que a medida caia e não haja mais isenção do IR para frente, o governo Lula teria obrigatoriamente de encontrar fontes arrecadatórias para compensar os quatro meses da nova tabela do IR, já que a Fazenda aguardava como recurso compensatório, para 2023,

os valores que seriam regularizados por detentores de capital no exterior somente após a aprovação no Congresso.

"Trabalhador paga imposto. E os super ricos ficam na boa?" Gleisi Hoffma

Frente a esse cenário, técnicos da Fazenda ainda negociam possíveis flexibilizações às regras na tentativa de convencer o parlamento e aprová-la ainda esta semana, já que o prazo para perder efeitos é 28 de agosto. O ministro Fernando Haddad tem dito publicamente que "não há plano B" para o caso de a medida que taxa offshores não avançar, mas lideranças governistas apontam que o ministro tenta ao máximo com que o parlamento aprove a MR. Do contrário, demonstraria que o governo "jogou a toalha".

"Não dá para aceitar que um trabalhador pague até 27,5% sobre a renda do trabalho, na fonte, 15% de sobre a renda do seu fundo de investimentos, também na fonte, em come-cotas, e um milionário ou bilionário não pague um centavo sobre a renda financeira no exterior e aqui também, nos fundos fechados", afirmou uma fonte.

No início do mês, a Comissão Especial aprovou a MP que amplia a isenção do imposto de renda para R\$ 2,64 mil mensais, em texto do deputado Merlong Solano (PP-P1). O governo trabalhou para incorporar a tributação das offshores à medida provisória com 19 mudanças, na intenção de agilizar a votação e evitar que a correção da tabela do imposto de renda perdesse a validade.

O movimento do governo de incorporar ao mesmo texto do IR a tributação das offshores, no entanto, irritou Lira. Aprofundou o descontentamento o fato de, dias depois, Haddad ter feito críticas ao "poder" da Câmara e dizer que os deputados não poderiam utilizar seu poder para "humilhar o Executivo e o Senado".

Pacheco, por sua vez, chegou a segurar o envio à Câmara para decidir se excluía esse ponto da MP do salário mínimo, mas a interpretação jurídica foi de que só cabia essa análise quando o texto chegasse no plenário. O governo inclusive tentou tratar do assunto por meio de uma medida provisória própria, mas a comissão de deputados e senadores que deveria

debate-la não foi sequer instalada. O governo tentou quatro vezes marcar a sessão para iniciar os trabalhos, mas não obteve apoio do Centrão.

Lira e deputados do Centrão argumentam que a taxaço de rendimentos no exterior seria um "aumento da carga tributária" e que já avisaram ao governo que não concordam com alta de **impostos**. O momento para votação é mim também já que a MP será analisada em meio ao impasse na **reforma ministerial** com PP e Republicanos e **reclamações** dos parlamentares sobre a demora no pagamento de emendas orçamentárias.

Nessa segunda-feira (21), a **Receita Federal** postou um vídeo no qual o secretário Robinson Barreirinhas defendia a medida, mas logo depois a publicação foi excluída. "Aumentar a isenção de imposto de renda para quem precisa vai beneficiar mais de 38 milhões de brasileiros. Para isso, a ideia é que 0,04% dos brasileiros com dinheiro em paraísos fiscais sejam tributados", apontava o Fisco no texto do vídeo. Barreirinhas, na gravação, defendia que "para compensar" a isenção do IR, o governo "propôs exatamente que 0,04% dos brasileiros" recolham **impostos** pelos rendimentos no exterior. "Muito pouca gente, que tem milhões de reais no exterior, às vezes mais de R\$ 1 bilhão, cada um", dizia o secretário.

Presidente do PT, a deputada Gleisi Hoffmann (PR) também cobrou a "cúpula do Congresso" por estar contra tributar offshores. "Isso não é aumento de carga tributária. É cobrar imposto de quem não paga nada. Quem investe no Brasil paga. Trabalhador paga imposto. E os super ricos ficam na boa?", questionou nas redes.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187638?page=14§ion=1>

O que a Reforma Tributária tem a ver com sonho de valsa, sorvetes e cerveja

Eduardo Cucolo

A **Reforma Tributária** permitirá que o Sonho de Valsa volte a ser bombom e que a casquinha do McDonald's volte a ser sorvete. A não ser que bombons e sorvetes passem a ser enquadrados como alimentos com tributação adicional por serem prejudiciais à saúde.

Os dois casos acima se tornaram símbolos de ações de planejamento para reduzir a tributação de alguns produtos. Bombons passaram a ser chamados de waffles; sorvetes, de bebidas lácteas; perfumes, de água de colônia (veja casos abaixo).

As discussões sobre algumas mudanças de classificação foram parar no **Carf** (conselho de recursos fiscais) ou no **Judiciário**, em processos envolvendo barrinhas de cereal, farinha de rosca e sandálias crocs. Esse último caso, aliás, nem a reforma conseguirá resolver.

O texto original da PEC 45/2019 (Proposta de Emenda à Constituição) previa um único IVA (Imposto sobre Valor Agregado), com a mesma alíquota para todos os bens e serviços no país, substituindo cinco **tributos**: PIS/Cofins, IPI, ICMS e ISS.

Apenas itens classificados como prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente teriam uma tributação adicional com um Imposto Seletivo. O objetivo era taxar apenas bebidas alcoólicas, cigarros e armas.

A versão aprovada na Câmara, no entanto, traz mais de 20 grupos de exceções, lista que pode ser revista pelo Senado. Depois de aprovadas as mudanças na Constituição, será necessário regulamentar a reforma por meio de uma lei que vai dizer exatamente quais produtos terão tratamento específico ou favorecido.

Essa lei complementar definirá, por exemplo, as listas de bens e serviços com alíquotas de CBS e IBS (os principais **tributos** criados pela reforma) reduzidas em 60%, desde que estejam relacionados a alguns grupos de produtos. Entre eles, serviços de saúde, medicamentos, insumos agropecuários, alimentos e produtos de higiene. Alguns medicamentos e alimentos poderão ter alíquota zero.

Em evento realizado nesta semana, o secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy,

afirmou que não é possível descartar alguma controvérsia sobre o que é serviço de saúde, por exemplo.

Entre tributaristas, já há dúvidas sobre como enquadrar serviços de dentistas, nutricionistas e dermatologistas para fins estéticos. Ou se a cerveja será considerada alimento para consumo humano, com redução de 60% de IBS e CBS e isenção de Imposto Seletivo.

Na lista de exceções há também os chamados regimes específicos, aqueles em que a cobrança é feita de forma diferenciadas do padrão, mas sem redução de carga. Isso inclui combustíveis e alguns serviços financeiros, imobiliários e de lazer, por exemplo, com regras e listas que dependerão de lei complementar prevista para ser enviada ao Congresso em 2024.

A avaliação de advogados tributaristas é que a reforma vai diminuir significativamente as brechas para buscar uma tributação menor - estudo do Insper estima em mais de 90% a redução do contencioso ligado a esses **tributos**. Ainda assim haverá espaço para discutir a classificação de alimentos, medicamentos e produtos de higiene, por exemplo.

"Pode ser que a gente mantenha alguma complexidade, mas muito menor do que a que temos hoje", afirma Carlos Eduardo Navarro, sócio do Galvão Villani, Navarro, Zangiácomo e Bardella Advogados e professor FGV (Fundação Getúlio Vargas).

"É natural que os contribuintes tentem encaixar os seus produtos na alíquota reduzida. Dizer que deo perfume ou deo colônia, porque têm substância antibactericida, é produto de higiene e não cosmético, por exemplo."

Gilberto Ayres Moreira, sócio do escritório Ayres Ribeiro Advogados, afirma que as regras de classificação podem gerar vantagem competitiva para alguns contribuintes, mas são um problema para a maioria, uma vez que o enquadramento é feito pela empresa, e nem sempre o Fisco concorda com ele.

Ele cita como exemplo a discussão sobre classificar impressoras multifuncionais, um equipamento que possui mais de uma função, como fotocópia ou

scanner.

"A **Reforma Tributária** vai facilitar muito a vida das empresas. Quanto menos exceções, mais fácil é a questão da classificação fiscal. Quanto mais você aumenta a complexidade da aplicação de uma lei, mais fácil criar abertura para planejamento tributário, confusão e algum contencioso", afirma.

Luciano Martins Ogawa, tributarista sócio de Ogawa, Lazerotti e Baraldi Advogados, diz que uma das maiores preocupações é o alcance de outro tributo criado pela reforma, o Imposto Seletivo.

A lei complementar vai definir uma lista de bens e serviços com tributação adicional, quando esses forem considerados como prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. Nesse caso, a luta das empresas será para não ser enquadrada nesse critério.

E nesse ponto, a redação aprovada na Câmara já levanta debates. A PEC diz que esse imposto não incidirá sobre os bens ou serviços com alíquotas reduzidas em 60%, como alimentos destinados ao consumo humano. Mas não deixa claro se isso se refere a todos ou apenas àqueles que entrarão na lista a ser definida em lei complementar.

O tributarista destaca, por outro lado, que a reforma é positiva ao uniformizar o que entra ou não no critério de isenção para cesta básica. Atualmente, isso varia de acordo com o estado. Há pão de queijo em Minas Gerais, tapioca em diversos locais do Norte/Nordeste, erva-mate no Sul e até itens da construção civil, material escolar e bicicletas no Ceará .

"O que se pretende com a reforma é afastar isso, buscar uma padronização para que se acabe com esse custo Brasil de ter tantas diferenças de tributação. Não há dúvida de que o contencioso vai ser muito menor, porque agora a regra é não ter exceção", afirma.

Em termos de alíquota, as exceções da reforma podem representar uma tributação que passa de cerca de 22% para até 27%, segundo cálculos do Ministério da Fazenda .

Os tributaristas lembram que a classificação dos produtos é uma questão utilizada por diversos países para aplicação de tarifas e do Imposto de Importação, que não é afetado pela reforma. No Brasil, utiliza-se a NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul). Por aqui foram criadas também listas para tributação de IPI e ICMS, **tributos** extintos com a reforma. Também há alguma diferenciação para aplicação do PIS/Cofins, como no caso da cesta básica.

Navarro, da FGV, afirma que casos como o do Sonho de Valsa e do McDonald 's, relacionados ao IPI, tendem a ser resolvidos. Mas lembra que a reforma não tem impacto sobre o Imposto de Importação ou medidas de defesa comercial, como o direito antidumping aplicado sobre calçados Crocs. "Esse é um caso que não mudaria em nada com a reforma."

Ainda assim, a expectativa é de simplificação com o formato atual da reforma. "A uniformidade de alíquotas e o rol enxuto de bens e serviços com possibilidade de tributação diferenciada pode representar uma redução nos planejamentos tributários realizados por classificação dos produtos", afirma Daniela Teixeira, consultora tributária da Bento Muniz Advocacia.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/08/o-que-a-reforma-tributaria-tem-a-ver-com-sonho-de-valsasorvetes-e-cerveja.shtml>

Fila do INSS sem atualização

Henrique Lessa

Anunciado com entusiasmo pelo ministro da Previdência, Carlos Lupi, o Portal da Transparência Previdenciária segue sem dados atualizados desde seu lançamento. A página que disponibiliza apenas uma apresentação, ao estilo "Power Point", mostra a totalização de junho da fila de solicitações de benefícios que esperam por uma decisão do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Lupi reconhece o atraso e promete a atualização no final do mês.

No lançamento, em 5 de julho, para o qual foi convocada uma coletiva de imprensa, o ministro prometeu total transparência das informações sobre a fila do **INSS**, com a atualização dos dados consolidados a cada 30 dias. No entanto, desde aquela data o "portal" não recebeu mais atualizações. Procurado pelo Correio, Lupi reconheceu o atraso. Disse que a demora aconteceu para aguardar os efeitos sobre a redução da fila da edição da medida provisória (MP) que retomou o pagamento de um bônus para os servidores realizarem turnos extras na análise de solicitações.

"Começamos a executar a medida provisória no dia 25 de julho, então não podemos apresentar a segunda etapa do painel sem computar os primeiros 30 dias do programa de tratamento da fila, que deve acontecer só no final deste mês", disse o ministro. Ele prometeu a atualização até 29 de agosto.

A demora de 45 dias na atualização de dados incomodou até dentro do governo. O Correio apurou que a Casa Civil cobrou do Ministério uma atualização nos dados do site, que segue com o balanço referente a junho, quando se somava quase 1,8 milhão de pessoas aguardando a concessão de aposentadoria, auxílio-doença e outros auxílios gerenciados pelo **INSS**.

Lupi rebateu as críticas. "Não é a Casa Civil que prepara isso, quem prepara isso é o **INSS**. O portal tem uma condensação de todos os dados, os dados têm uma atualização diária", afirmou. Quando perguntado onde seria possível acessar as informações diárias, indicou falar com a equipe do órgão.

Fila não diminui

A solução escolhida para a redução da fila foi retomar uma iniciativa do governo do ex-presidente Jair

Bolsonaro (PL), que consiste no pagamento de um bônus de produtividade para os servidores atuarem em horas extras na análise de solicitações. A medida, assinada por Lula no último dia 25, deve durar nove meses e assegura ao servidor um adicional entre R\$ 68 e R\$ 75 por cada processo analisado fora do seu expediente regular.

Mas a medida pode não ser efetiva. Servidores do órgão falaram reservadamente ao Correio que, mesmo com a ampliação no número de processos analisados depois da retomada do bônus, os novos pedidos tiveram uma expansão, e o aumento na demanda pode manter a fila inalterada.

A situação foi confirmada ao Correio pelo presidente do **INSS**, Alessandro Stefanutto, que aponta que os pedidos em julho chegaram a 940 mil novas solicitações, contra a média mensal de cerca de 700 mil pedidos. "Estamos com 940 mil, 970 mil, eu estou até com receio de bater 1 milhão de requerimentos. Estamos estudando o que está acontecendo", disse Stefanutto.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/08/22/all.pdf>

Lira diz a líderes que votação do arcabouço será até amanhã

VICTORIA ABEL

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), garantiu aos líderes partidários que o arcabouço fiscal será votado até quarta-feira. A possibilidade de votação hoje segue de pé, mas dependerá de nova reunião de líderes, a ser realizada pela manhã. O principal impasse está em tomo da mudança que permite maior espaço orçamentário ao governo.

Uma emenda do líder do governo no Congresso Nacional, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), modificou o cálculo de reajuste inflacionário do Orçamento durante votação do arcabouço no Senado. A alteração permite o acréscimo de R\$ 30 bilhões no Orçamento de 2024, mas a quantia estaria condicionada ao surgimento de receitas no ano que vem. O deputado Cláudio Cajado (PP-BA), relator do projeto, explicou que o governo tem insistido no novo cálculo para ter maior tranquilidade na elaboração do Orçamento do ano que vem. O deputado é contra e defende a versão anterior do texto aprovado na Câmara:

-Ficou acertada uma nova reunião às 11h. Mas Lira já deixou claro que devemos votar na terça ou quarta-feira. Hoje (ontem) aprofundamos a questão da despesa condicionada, mas não chegamos a uma conclusão se vamos manter ou não no texto. A Fazenda e o Planejamento insistem na despesa condicionada, argumentando que ela dará maior tranquilidade.

O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, esteve na reunião e apresentou as justificativas técnicas aos líderes partidários para um afrouxamento da proposta. Deputados têm defendido outras alterações no texto do arcabouço fiscal feitas pelo Senado, como a manutenção do Fundeb, do Fundo do DF e de gastos com ciência e tecnologia fora da meta fiscal.

DUAS MEDIDAS PROVISÓRIAS

O líder do governo, José Guimarães (PT-CE), afirmou que outras duas medidas provisórias podem ser votadas esta semana: reajuste do salário mínimo e aumento dos **servidores públicos**. A MP que trata da isenção do Imposto de Renda e da taxa de

rendimentos no exterior está sendo analisada, e o tema pode ser reencaminhado ao Congresso em forma de projeto de lei.

- Teremos de votar pelo menos duas medidas provisórias até quarta-feira à noite, do salário mínimo e a do reajuste dos **servidores públicos**. Em relação à MP do Imposto de Renda, estamos vendo como cuidar disso, para ver como fazemos com a taxa das offshores. A prioridade é o arcabouço fiscal, depois vamos discutir as medidas provisórias.

O PL da desoneração da folha de pagamento e o da remuneração artística não foram discutidos na reunião.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Lula pede, e Casa Civil lançará PAC em todos os estados para fortalecer a marca do programa

Catia Seabra e Thiago Resende

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pediu que a Casa Civil organize eventos para lançar o Novo PAC em todos os estados. O objetivo é fortalecer a marca do programa de investimento público e ampliar a divulgação dos projetos.

O ministro Rui Costa começará o tour por São Paulo. Ele estará na capital do estado nesta quarta-feira (23) e quinta (24) para apresentar as obras do programa e buscar novos investimentos privados na região.

A Casa Civil foi responsável pela gestão do Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Além de Costa, a secretária-executiva da pasta, Miriam Belchior, também recebeu a tarefa de preparar o plano, que é uma das promessas de campanha de Lula.

O programa foi lançado em evento no Ido de Janeiro, em 11 de agosto. A data coincidiu com a ruidosa operação da Polícia Federal que investiga o recebimento de joias pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), tema que monopolizou o noticiário daquele dia.

Segundo colaboradores do presidente, na semana passada, Lula pediu que o programa fosse apresentado em todos os estados. A escolha do Rio para o lançamento nacional faz parte de um esforço de reconquista dos eleitores no estado, onde Bolsonaro tem domicílio eleitoral e foi mais votado que Lula em 2022.

O novo programa estima investimentos totais de R\$ 1,7 trilhão, sendo R\$ 1,4 trilhão até o fim do mandato de Lula e outros R\$ 300 bilhões após 2026. Também prevê concessões e PPPs (Parcerias Público Privadas).

De acordo com membros da Casa Civil, o presidente também deverá participar de alguns dos lançamentos regionais ao longo dos próximos meses. A lista, porém, ainda não foi confirmada.

Além disso, em alguns atos de lançamento do programa, a Casa Civil tentará conciliar o evento com

visitas às obras que serão retomadas.

Rui Costa divulgou nesta segunda que, depois de São Paulo, o calendário de lançamento do PAC nos estados incluirá o Piauí, no dia 31 de agosto, e o Ido Grande do Norte, dia 1º de setembro. O presidente Lula irá ao evento nesses dois estados do Nordeste.

Como mostrou a Folha, Lula prepara um gesto público de apreço ao ministro Wellington Dias (Desenvolvimento Social) em semana decisiva para os rumos da **reforma ministerial**, aguardada pelo centrão. O PP mira a pasta de Dias.

Lula planeja a viagem ao Piauí, estado do ministro, para participar do lançamento do plano Brasil Sem Fome, também em 31 de agosto.

"Depois vêm Ceará, Pernambuco, Bahia. Vamos seguir o calendário de apresentação do Novo PAC no conjunto dos estados", afirmou Rui Costa, nesta segunda, em Salvador (BA).

O Rio de Janeiro é o estado que mais receberá investimentos do PAC, principalmente por causa da verba na área de petróleo e gás. Esses recursos serão asados em 16 novas plataformas para o desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, 11 gasodutos interligados, um gasoduto de escoamento e com investimentos na refinaria Duque de Caxias.

As obras do Novo PAC se distribuem por nove eixos de investimentos: inclusão digital e conectividade, saúde, educação, infraestrutura social e inclusiva, cidades sustentáveis e resilientes, água para todos, transporte eficiente e sustentável, transição e segurança energética e defesa.

Há projetos previstos para as 27 unidades federativas do país, embora nem todos os estados tenham investimentos nos nove eixos. Além dos projetos de cada ministério, cada governador pode indicar até três projetos para serem incluídos no Novo PAC.

São Paulo, por exemplo, foi contemplado com propostas de grande envergadura, como o túnel que

fará a ligação entre Santos e Guarujá, um projeto histórico, de décadas, que nunca saiu do papel, e um trem entre a capital paulista e Campinas.

"Se tiver novos projetos e alguém estiver disposto a ajudar, esse R\$ 1,7 trilhão pode crescer para R\$ 2 trilhões ou mais. E, se o [ministro Fernando] Haddad (Fazenda), abrir um pouco a mão, pode até ter um pouco mais de dinheiro para a gente fazer mais coisas neste país", afirmou o presidente durante o evento de lançamento do programa no Theatro Municipal do Ido de Janeiro.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50376&maxTouch=0&anchor=6481938&pd=c4e1dcc85480e2156022eb6c1a4e7a78>

Está na hora de votar o arcabouço fiscal (Editorial)

Apauta de votações na Câmara viveu momentos de completa paralisia nas últimas semanas. Prometida para o início deste mês, a apreciação do arcabouço fiscal proposto pelo governo Lula está empacada, à espera da conclusão das negociações sobre uma **reforma ministerial** bastante peculiar.

Há semanas, sabe-se que o Executivo quer alocar os deputados André Fufuca (PP-MA) e Silvio Costa Filho (Republicanos- PE) na Esplanada dos Ministérios.

O governo, no entanto, até agora não definiu quais Ministérios eles devem assumir e já não descarta recriar pastas para acolher os novos aliados do Centrão.

A exemplo do que costuma fazer nessas situações, o presidente Lula da Silva tem renovado o arsenal de desculpas para adiar a decisão - o processo de substituição de Daniela Carneiro (União-RJ) por Celso Sabino (União-PA) no Ministério do Turismo, por exemplo, levou semanas para se concretizar. Desta vez, Lula viajou à África do Sul para participar da reunião do Brics e levou com ele o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

De lá, Lula emendará encontros em Angola e São Tomé e Príncipe.

Enquanto a novela ministerial não é concluída, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tem alegado falta de consenso para não incluir o arcabouço na pauta de votações da Casa. Sabe-se muito bem que o problema não é esse.

Desde que aprovou a **reforma tributária**, o Centrão decidiu sentar sobre os projetos de interesse do governo até que a fatura seja paga - nesse caso, os cargos e as emendas que lhe foram prometidos.

Para justificar a letargia e valorizar seu papel, Lira recorreu até mesmo a uma entrevista de Haddad ao jornalista Reinaldo Azevedo, em que o ministro reconheceu o enorme poder que a Câmara conquistou nos últimos anos e disse que os deputados não deveriam usá-lo para "humilhar" o Senado e o Executivo.

Haddad pode não ter escolhido bem suas palavras, mas não disse nenhuma novidade.

A carapuça, no entanto, serviu perfeitamente a Lira, que no mesmo dia reclamou de "manifestações enviesadas e descontextualizadas", afirmando que elas não contribuem para o diálogo e a construção de pontes. Desde então, nem os novos ministros foram formalmente anunciados nem a pauta de votações da Câmara foi destravada - especialmente os itens da agenda econômica.

Além do próprio arcabouço, os deputados têm resistido a apreciar a medida que taxaria os fundos offshore. Sem o arcabouço, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) tampouco avança, muito menos o Orçamento de 2024.

É um jogo político em que todos os lados perdem e que não gera nada além de enfado. Já passou da hora de os deputados desistirem dessa estratégia chantagista e retomarem os trabalhos na Câmara. É do interesse de toda a sociedade, inclusive dos próprios deputados, que a tramitação do arcabouço fiscal seja concluída de uma vez. Afinal, sem o arcabouço, não haverá espaço fiscal para a execução de várias despesas, entre elas as próprias emendas parlamentares.

O Executivo, por sua vez, precisa parar de se iludir quanto à sua própria força.

O governo não tem votos suficientes para aprovar projetos importantes sem os votos do Centrão, e foi o governo que acenou com cargos para conquistar seu apoio. Se Lula não tem intenção de dar Ministérios a Fufuca e Costa Filho, que assuma o custo político dessa decisão de uma vez. Não é possível que o País tenha de assistir a mais uma semana de disputas fratricidas entre os atuais ministros para preservar seus próprios cargos.

As relações entre governo e Legislativo não são sempre harmoniosas, mas há que respeitar certos limites nas negociações.

O arcabouço não traz garantias de uma política fiscal austera, pois permite o aumento real de gastos em qualquer cenário de arrecadação. Suas metas são desafiadoras, mas o projeto, mesmo com todos os senões, é um passo indispensável rumo à recuperação da credibilidade do País. A sociedade

pagou um alto custo quando o governo de Dilma Rousseff abriu mão de uma âncora fiscal crível. Diante de sua relevância, portanto, o arcabouço não pode mais ser usado como se fosse berinjela no feirão do Centrão.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

A tirania da mediocridade (Artigo)

Rubens Barbosa

Rubens Barbosa - PRESIDENTE DO INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COMÉRCIO EXTERIOR (IRICE), É MEMBRO DA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS

*

Poucos pensam e discutem o Brasil acima de preocupações político- partidárias e de interesses pessoais.

Não se trata de criticar a ação do governo de turno e de outros que o precederam. Hoje, na prática, o País está sem projeto de nação, que defina os rumos da economia; sem estratégia nacional de segurança, que defina o lugar do Brasil no mundo em rápida e profunda transformação; sem uma clara definição de objetivos modernos para a educação que dê base para a inovação e o desenvolvimento tecnológico; e sem saber como equacionar seus problemas sociais e ambientais no médio e no longo prazos.

Com forte influência populista, o País está dividido ideologicamente e politicamente. Ao não ousar, vê seu crescimento reduzido, as desigualdades aumentando, a violência crescendo, a base industrial se deteriorando e as vulnerabilidades econômicas, comerciais, sociais, militares e de defesa aumentarem.

A segurança jurídica está abalada por decisões contraditórias e a competitividade da economia, paralisada pela ineficiência da burocracia e do tamanho do Estado.

A mediocridade da discussão e das ações burocráticas em grande parte explica esta situação de falta de perspectiva do País. A polarização política e a intolerância deixam a burocracia semiparalisada, com receio de assumir decisões que possam ser vistas como partidárias e que poderiam gerar consequência políticas ou mesmo jurídicas contrárias. A sociedade civil está sem liderança para propor a revisão de políticas institucionais de desenvolvimento e **reforma política** de interesse do País, e sem força para propor uma nova relação entre civis e militares, desgastados pelos envolvimento recentes, para virar a página da histórica interferência militar na política. Os empresários, sobretudo no setor industrial, estão sem projetos e se acomodam aos governos de turno para defender seus interesses setoriais. O sistema político-partidário é disfuncional pelo número de partidos, sem

uma clara ideologia, atuando na defesa de seus próprios interesses econômicos, comerciais e patrimoniais. O Congresso Nacional tem avançado o exame e a aprovação de algumas reformas, mas a percepção é de que, sem programas claros na defesa dos interesses maiores do País, fica enredado na discussão menor de privilégios e muitos de seus representantes aparecem envolvidos com corrupção. O Judiciário sofre desgaste com a judicialização de questões que o Legislativo e o Executivo não conseguem resolver. Em muitos casos, decisões são tomadas com forte viés político, alterando substancialmente decisões anteriores, ensejando a visão de que a política menor, e não a Constituição, prevalece em suas decisões.

Num mundo em que o conhecimento está na base das grandes mudanças, com os desafios da aplicação da Inteligência Artificial, o País não consegue superar as deficiências do sistema educacional.

As escolas e universidades, com honrosas exceções, não respondem às necessidades dos novos tempos. Os recursos públicos são mal administrados e o Brasil está muito baixo nos índices internacionais.

As ONGs e os think tanks, com uma visão setorial em suas atuações, examinam e atuam com competência nas matérias que discutem, mas em raros casos têm força e poder para influir na definição de políticas públicas que possam ser avaliadas e tenham um sentido e uma visão de médio e longo prazos.

Nessa breve análise, que não pretende esgotar o assunto, mas chamar a atenção para as armadilhas de que a sociedade foi vítima, em todas as áreas mencionadas, o que se destaca, lamentavelmente, é o triunfo da mediocridade.

A mediocridade da classe dirigente historicamente refletida na incapacidade de aproveitar as potencialidades do Brasil para deixar de ser um país do futuro e transformá-lo numa força global, como ocorreu em Cingapura e na China.

Para superar essa situação, em que a mediocridade prevalece - inclusive pelo despreparo, pelo nepotismo, apadrinhamento, formas disfarçadas de corrupção, nas nomeações para o serviço público e para as filiações partidárias -, o Brasil teria de dar força à meritocracia, para buscar a eficiência e resultado nas políticas em todas as áreas. O termo meritocracia é um neologismo inventado nos anos 1950 pelo

sociólogo britânico Michael Young. No romance *The Rise of the Meritocracy* (O surgimento da meritocracia), Young descreve uma sociedade em que os melhores e mais aptos detêm o poder. Ao morrer, em 2002, Young estava decepcionado com a vida pública estratificada na Inglaterra, mas tinha esperança na terceira via de Tony Blair.

O valor do mérito é atacado hoje no Brasil todos os dias e em todos os lugares: vejam como se desenvolve a carreira na classe política e o nivelamento por baixo, por muitos anos, nos principais setores do serviço público. Para muitos dos que o desprezam, o mérito seria uma vitrine enganosa, que dissimula mal a sobrevivência das elites.

Os que atacam a meritocracia, com hipocrisia e cinismo, são os principais responsáveis pelos seus desvios.

A busca da eficiência e de resultados com visão de futuro, com uma nova liderança política e uma burocracia mais competente, é do que o Brasil precisa. O setor privado fará sua parte.

Abaixo a tirania da mediocridade.

*

A busca da eficiência e de resultados com visão de futuro, com uma nova liderança política e uma burocracia mais competente, é do que o Brasil precisa

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Pacheco: reforma pode avançar em outubro

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse ontem que a votação da **reforma tributária**, prevista para 4 de outubro, pode ficar para depois. "Se houver necessidade de alongar por algumas semanas, não há problema. Temos que ter segurança para poder votar, e votar um texto que seja bom e seguro", disse Pacheco. "O que vimos no Brasil nos últimos anos? Uma disputa fratricida entre entes federados para atrair investimentos", complementou o presidente do Senado, que espera mudar essa lógica com a reforma.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/08/22/all.pdf>

Queda de juros, reforma tributária, projetos importantes no Congresso (Artigo)

ARNALDO JARDIM

Ouvimos, quando tratamos de alguns temas, sobre a chamada "tempestade perfeita". O que é isso? Trata-se de expressão utilizada para descrever uma situação normalmente não favorável, que é agravada por uma série de ocorrências raras. Assim, a situação piora, se transformando em um desastre. O atual momento brasileiro está diametralmente oposto a esse conceito pessimista. Como gostava de dizer o ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio Melo, o Brasil vive uma "quadra alvissareira".

E por que digo isso, sem receio de estar equivocado? Aprovamos na Câmara, no fim do primeiro semestre, a **Reforma Tributária**, um debate que se arrastava há quase 30 anos no Parlamento. Com uma proposta ousada de simplificação tributária, passando para o modelo de IVA Dual, melhoramos a incidência de **impostos** que atuam sobre o consumo. O Senado começa agora a analisar a proposta que pode ser ainda mais aprimorada. Mas é fundamental mantermos o essencial, porque o texto aprovado permitirá que o país avance de maneira madura e consistente ao longo dos próximos anos.

Os efeitos já podem ser sentidos de maneira concreta. A Reforma, aliada à aprovação no Congresso de um arcabouço fiscal que estabelece o compromisso do atual governo de manter equilibradas as contas públicas, mudaram a percepção sobre o Brasil. A agência de classificação de risco Fitch elevou o rating brasileiro de BB- para BB. A tendência é que nos próximos meses outras agências acompanhem a avaliação. Quanto melhor a nota do rating, mais segura uma nação é perante os investidores, interessados em alocar recursos em um local seguro e com compromisso de bom pagador.

No campo interno, o Banco Central iniciou uma trajetória "que esperamos que seja longa e consistente" de redução da taxa de juros básicos da economia. A primeira fase dessa queda foi além das expectativas, com o anúncio de um corte de meio ponto percentual. E, mais importante do que isso, a sinalização, na ata do Comitê de Política Monetária (Copom), de que novas reduções virão ao longo das próximas reuniões. Esse gesto, concreto, significa oxigênio vital para a economia voltar a crescer, com as empresas recuperando a capacidade de investimento

a partir de crédito e juros mais compatíveis à nossa realidade e às nossas necessidades.

A Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo segue trabalhando intensamente no Congresso, no diálogo com o setor produtivo, por intermédio do Brasil Competitivo (MBC) e nas negociações com o Poder Executivo, com a face mais visível representada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), comandado pelo vice-presidente Geraldo Alckmin. A parceria MBC e MDIC permitiu que anunciássemos, em maio, durante o primeiro Fórum de Competitividade, em Brasília, o novo valor do Custo Brasil, agora estimado em R\$ 1,7 trilhão.

O Congresso também está repleto de outros projetos importantes que, se aprovados, poderão abrir novas oportunidades de desenvolvimento econômico. O PL das debêntures de infraestrutura, aprovado na Comissão de Infraestrutura do Senado e que está sob análise da Comissão de Assuntos Econômicos, cria novas modalidades de financiamento para obras estruturantes. O projeto ganha um peso ainda maior após o governo anunciar o relançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

De nada adianta termos recursos apenas para as grandes obras. Precisamos olhar como melhorar o dia-a-dia da economia. Para isso, temos o Marco Legal de Garantias, que voltou a ser analisado por nós, deputados, após votações na Câmara e no Senado. O Marco Legal dá estabilidade para que o sistema financeiro possa emprestar com mais segurança e, dessa forma, estimule a cadeia produtiva e as empresas a terem condições de pagar melhores salários e abrir novas vagas de empregos. E ajude também as pessoas físicas não só a quitar as dívidas, mas a realizar sonhos de consumo que as torne mais felizes porque nem só de trabalho e pagamento de boletos vive a humanidade.

Destaco ainda a busca de aperfeiçoarmos a legislação sobre Concessões e PPPs, para que estes instrumentos tenham mais eficiência e frequente utilização. Friso também a importância de uma reforma administrativa justa, que trabalhe na modernização da gestão de pessoas e da gestão organizacional. Precisamos de um Estado mais moderno, mais ágil, menos burocrático, mais digital. Um Estado que não seja caro nem inchado e que atenda de maneira

eficiente os cidadãos que pagam seus **impostos** em busca de seus direitos. A quadra alvissareira chegou fruto de muito trabalho de todos nós. Que precisa ser ? e será ? contínuo para que novos efeitos positivos surjam. Como diria o poeta romano Sêneca, não existe vento favorável a quem não sabe onde deseja ir. Nós sabemos. Queremos tornar o Brasil mais competitivo, mais justo, mais inclusivo, com emprego e renda para todos os brasileiros.

ARNALDO JARDIM, deputado federal (Cidadania-SP) e presidente da Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/08/22/all.pdf>

Reflexões sobre a Reforma Tributária (Artigo)

Ives Gandra da Silva Martins, Presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomercio-SP e professor emérito da Universidade Mackenzie, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e da Escola Superior de Guerra

A Câmara dos Deputados reformulou consideravelmente a PEC 45, mas manteve intacto o seu número para não dar a impressão de uma nova proposta ao projeto constitucional. Teve o poderoso apoio da indústria brasileira, única a ser beneficiada com redução de sua carga tributária e, com forte protagonismo de seu presidente, aprovou em primeira discussão o novo regime tributário para o país sem obedecer, para o segundo turno, a aprovação após cinco dias, fazendo sua ratificação em poucas horas.

A ideia básica da proposta seria simplificar o sistema de tributação circulatória de bens e serviços com uma única alíquota sem exceções, em tomo de 25%, substituindo os antigos **tributos** ICMS, ISS e PIS/Cofins pelo novo como duplo nome de CBS e IBS, e transformando o IP1 num imposto seletivo.

Por prever o sistema de incidência no destino e a dualidade de imposição da União (CBS), estados e municípios (IBS), criou-se um Conselho Federativo com poderes impositivos substitutivos da competência de **tributos** de 26 estados, Distrito Federal e 5.570 municípios.

Tal novo poder impositivo de um conselho constituído de 26 estados, Distrito Federal e 27 representantes dos 5.570 municípios definirá, de acordo com a PEC, as regras do novo tributo em consonância com a União no CBS, tomando-o, também, agente receptor e distribuidor do novo tributo, cabendo às entidades federativas apenas o direito de alterar as alíquotas, se quiserem -deixando, pois, de terem a competência plena que tinham.

Para a simplificação, que seria o objetivo maior do novo sistema, como mostrou Everardo Maciel em recente artigo, triplicaram os artigos da Constituição dedicados à matéria tributária e mantiveram vigente o sistema atual até 2033, devendo conviver com o CBS a partir de 2026 e o IBS a partir de 2029. Vale dizer, para simplificar: criaram um sistema que vigorará junto com o atual pelos próximos dez anos.

Felipe Salto, também em análise recente, mostrou que PIS/Cofins, ICMS e ISS representam aproximadamente n,8% do PIB e que a alíquota única para manter o mesmo nível de arrecadação com um imposto sem tratamentos especiais deveria ser de 23,6% (CBS/IBS). Foram, todavia, abertas inúmeras exceções para agropecuária, educação, saúde, clubes esportivos, igrejas, parques e restaurantes, como que esta alíquota do novo IVA brasileiro deverá estar em tomo de 33,5%.

Novas pressões deverão ocorrer no Senado. O setor de serviços perde o ISS de no máximo 5% e de Cofins cumulativo de 3%, além do PIS, e suportará, possivelmente, 33,5% no mais alto IVA do mundo.

Fundos compensatórios serão criados, sendo que muitos estados e municípios serão beneficiados com o novo sistema, e os que perderem receitas serão compensados pela União. Quando uns ganham e outros não perdem, quem terá que suportar esse aumento deverá ser o contribuinte.

Tudo o que escrevi são suposições, pois apesar do cinematográfico aumento dos dispositivos constitucionais, não se tem nenhum projeto de lei complementar ou de legislação originária para saber como, nos detalhes, funcionará a nova estrutura tributária e muito menos as projeções financeiras de quem ganha, de quem perde e da alíquota básica.

Por essa razão, em recente Congresso Tributário do Instituto Geraldo Ataliba, a esmagadora maioria dos conferencistas, todos de renome nacional e internacional, condenou o açodamento da aprovação da reforma sem os referidos textos, sobre colocar em dúvida que o sistema proposto seria mais simples, mas tendo a certeza de que agropecuária, comércio e serviços serão pesadamente tributados para beneficiarem-se, com redução, a indústria e, indiretamente, o sistema financeiro.

[...] Apesar do cinematográfico aumento dos dispositivos constitucionais, não se tem nenhum projeto de lei complementar ou de legislação originária para saber como, nos detalhes, funcionará a nova estrutura tributária e muito menos as projeções financeiras de quem ganha, de quem perde e da alíquota básica

Ives Gandra da Silva Martins, Presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomercio-SP e professor emérito da Universidade Mackenzie, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e da Escola Superior de Guerra

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50376>

Cesta básica custa R\$ 34,7 bi à União com itens como salmão e picanha

Idiana Tomazelli

Idealizada como política para baratear alimentos e itens essenciais para famílias de baixa renda, a desoneração de **tributos** federais sobre a cesta básica proporciona uma redução média de 5% nos preços dos produtos, a um custo de R\$ 34,7 bilhões para a União em 2023.

Embora seu impacto seja relevante no bolso da população mais vulnerável, o diagnóstico do governo é que a medida pode ser mais focalizada, diz o secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Ministério do Planejamento, Sérgio Firpo.

Os dados compõem um dos boletins que serão lançados pelo órgão nesta terça (22), no 1º Seminário de Avaliação e Melhoria do Gasto Público, promovido em parceria com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). O documento foi antecipado à Folha.

O foco desta edição é a primeira fase da **Reforma Tributária**, que trata da tributação sobre o consumo. A **PEC** (proposta de emenda à Constituição) aprovada na Câmara prevê a criação de uma cesta básica nacional, que terá isenção integral dos novos **tributos**. O texto tramita no Senado.

A definição dos itens contemplados ainda dependerá de regulamentação, em uma etapa posterior à conclusão da votação da PEC. Mesmo assim, o governo teme desde já que a lista de produtos fique muito grande, o que tornaria o benefício menos focalizado e poderia onerar os demais setores da economia com uma carga tributária mais elevada.

O desenho atual da desoneração da cesta está em vigor desde 2013. À época, o então governo Dilma Rousseff (PT) zerou as alíquotas de PIS/Cofins e IPI incidentes sobre alimentos como carnes, peixes, café, açúcar, óleo de soja, manteiga e margarina, além de artigos de higiene como sabonete, papel higiênico e pasta de dente. Produtos como pães, leite, arroz e feijão já eram isentos.

O problema identificado ao longo dos anos é que, ao incluir na cesta básica a categoria "carnes", o governo estendeu o benefício tanto para carnes de segunda, consumidas pelas famílias de menor renda, quanto

para cortes mais nobres, como filé-mignon e picanha, usualmente adquiridos por quem tem maiores salários.

No caso dos peixes, o código de registro daqueles mais populares e o que identifica ovas (uma iguaria) ou salmão começam com os mesmos dígitos. Por isso, não há como isolar um ou outro para aplicar a desoneração.

Governos passados cogitaram restringir o alcance da política, mas esbarraram no temor de aumento de preços e na repercussão política negativa que uma decisão nesse sentido teria na população.

Na **Reforma Tributária**, a guerra de narrativas em torno do aumento ou não dos preços dos alimentos mobilizou entidades, parlamentares e criou um problema político para o governo. A solução do relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), foi prever no texto a isenção total da cesta básica.

O avanço na discussão da PEC é visto como uma oportunidade para retomar o debate em torno do tema, a partir do diagnóstico de possíveis melhorias na política.

"A desoneração não é ineficiente, ela tem impactos importantes sobre a população mais pobre, basicamente porque o consumo é decrescente com a renda, sobretudo com alimentos. Então, na hora em que desonera, privilegia o consumo dos mais pobres. Os ricos se beneficiam também, mas, no aspecto distributivo, ele [o benefício] é progressivo", diz Firpo.

Os dados mostram que os mais pobres gastam quase 30% de sua renda com alimentação, enquanto os mais ricos destinam cerca de 10%.

Mesmo assim, o secretário afirma que a política pode ser aperfeiçoada em termos de focalização. Para isso, é preciso saber qual é seu objetivo central. Ele cita exemplos de metas e soluções.

Para atender aos mais pobres, o governo poderia desonerar menos produtos e concentrar recursos no "cash-back", mecanismo de devolução de **tributos** pagos por famílias que cumprem determinados critérios (como ser de baixa renda). A PEC já prevê essa possibilidade, embora ainda não haja clareza suficiente de como o sistema seria colocado em

prática.

Para fomentar uma alimentação mais saudável, independentemente da renda, o governo poderia isentar produtos com esse perfil excluir da cesta básica alimentos ultraprocessados, prejudiciais à saúde.

Hoje, cinco categorias alcançadas pela desoneração incluem alimentos ultraprocessados, entre eles margarina e preparações compostas para bebidas não alcoólicas -por exemplo, refrigerantes.

"Tem uma série de discussões, depende muito do objetivo da política. Os ultrapro-cessados devem estar nessa cesta? O objetivo é reduzir insegurança alimentar? Uma desoneração total dos produtos não está focando aqueles mais propensos a terem insegurança alimentar", afirma Firpo.

Segundo ele, uma política mais focalizada gera, consequentemente, maior eficiência no uso dos recursos públicos. "Temos que entender por

que vamos criar essa exceção [ao pagamento de **tributos**]."

Simulações já realizadas por técnicos do Executivo mostram que o fim da desoneração, acompanhada de uma redução geral de 1,5 ponto percentual nas alíquotas de PIS/Cofins sobre todos os produtos, compensaria a perda de renda das famílias, sem impulsionar a **inflação** nem prejudicar a atividade econômica.

Eventuais impactos negativos sobre o poder de compra dos mais pobres também poderiam ser compensados por um aumento nas transferências de renda.

"A combinação de redução de alíquotas de PIS/Confins para todos os produtos com aumento nas transferências de renda, portanto, poderia trazer ganhos de eficiência econômica e redução de desigualdades, além de dar mais transparência ao orçamento público ao explicitar quem são os principais beneficiados por essas medidas", diz o documento.

A iniciativa de lançar os boletins busca disseminar os resultados de estudos já realizados no âmbito do CMAP (Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas) nos últimos anos.

"Queremos contribuir para o debate conjuntural, que muitas vezes carece de informações sobre os benefícios que as políticas públicas geram", diz Firpo. "Muitos têm discutido o valor das novas alíquotas, o impacto das exceções setoriais, mas tem se discutido

pouco o impacto para além do fiscal. A gente tem uma noção do custo, mas não tem clareza sobre os benefícios, e queremos contribuir para esse debate mais específico."

Os ultraprocessados devem estar na cesta? O objetivo é reduzir insegurança alimentar? Uma desoneração total não está focando aqueles mais propensos a terem insegurança alimentar

Sérgio Firpo, secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Ministério do Planejamento

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50376&maxTouch=0&anchor=6481938&pd=c4e1dcc85480e2156022eb6c1a4e7a78>

Pacheco defende teto e exceção para advogados na Tributária

Eduardo Cucolo

Os presidentes do Senado e da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) defenderam um teto de 25% para os principais **tributos** criados pela **Reforma Tributária**, proposta que é vista pela Fazenda como um risco para as finanças do governo federal e também de estados e municípios, caso não seja possível manter a carga tributária atual. Segundo o governo, a indústria hoje paga 34%.

Em evento realizado nesta segunda (21) pela federação e pelo Esfera Brasil, Rodrigo Pacheco (PSD- MG), que é presidente do Senado e também advogado, disse ter pedido ao relator da matéria na Casa um tratamento especial para os profissionais liberais, entre eles, os da área do direito.

O presidente da Fiesp, Josué Gomes da Silva, pediu aos presidentes da Câmara e do Senado que coloquem na Constituição um limite para a alíquota de 25% dos **tributos** criados pela **Reforma Tributária**.

"A indústria não quer exceção, só que a alíquota máxima se situe no patamar de 25%. Na medida em que exista exceções, essa alíquota tende a subir", disse.

Pacheco afirmou concordar com um limite. "O que eu tenho defendido e me parece também a ideia do relator, senador Eduardo Braga, é que, já na reforma constitucional, se tenha um teto de alíquota. O senador Eduardo Braga tem usado até uma expressão, não sei se existe isso no dicionário, no vernáculo, é tetar. O verbo de colocar o teto", afirmou Pacheco.

Também presente ao evento, o secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, disse que a alíquota dos novos **tributos** será aquela que mantém a carga tributária atual, considerando que haverá algumas exceções, e que a indústria atualmente é tributada em 34% mais IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), que varia para cada produto.

Lembrou ainda que o governo estima em até 27% a alíquota que representa a soma do novo tributo federal (CBS) e do novo de estados e municípios (IBS). Um valor menor pode afetar a arrecadação de todos esses

entes. "A garantia de que não vai ter aumento da carga é absoluta."

Pacheco disse também que já pediu ao relator da reforma no Senado um tratamento especial aos profissionais liberais, que, segundo ele, podem ter um aumento de carga tributária que prejudique quem recebe como pessoa jurídica.

"Já fiz a solicitação para o [relator] Eduardo Braga, defendendo minha categoria, porque tenho minha história na advocacia", afirmou.

Pacheco disse que os advogados têm carga de 14% a 15% quando trabalham por meio de pessoa jurídica. Abaixo do que pagariam como pessoa física. Desse total, 5% seriamos **tributos** tratados na reforma (ISS, PIS e Cofins). Segundo ele, isso já eleva a carga para 35%.

Se houver tributação de dividendos com 15% de IR, tema que deve ser objeto de outra reforma em 2024, a carga pode chegar a 25%.

"Vamos estar falando em 50% de carga para um profissional que se confunde com a sua própria sociedade. Ele pode inclusive ter a opção de advogar na pessoa física e vai pagar 27,5%. Isso é uma disfunção. Desestimula a constituição de pessoa jurídica, desestimula a formalidade. Precisa ser pensado na **Reforma Tributária** como resolver isso", disse o presidente do Senado.

Mais cedo, em evento no Ido, Pacheco disse que o debate sobre a reforma deve respeitar mais a lógica de ceder do que conquistar. Ele reforçou que espera votar o texto em outubro para promulgação ainda em 2023. Todos os municípios, os governos estaduais, a União, os setores, serviço, comércio, indústria, é muito importante que todo o mundo ceda um pouco."

Colaborou Nicola Pamplona, do Rio

O senador Eduardo Braga [relator da reforma] tem usado até uma expressão, não sei se existe isso no dicionário, no vernáculo, é tetar. O verbo de colocar o teto

Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Senado

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50376&maxTouch=0&anchor=6481938&pd=c4e1dcc85480e2156022eb6c1a4e7a78>

"Juros podem cair mais rápido do que a gente prevê"

EDUARDO LAGUNA

ENTREVISTA: David Lubin, Está há 17 anos no Citi, onde é economista-chefe para mercados emergentes; antes, trabalhou também por 17 anos no HSBC

Depois que o Banco Central (BC) brasileiro iniciou o ciclo de flexibilização monetária com um corte de juros mais arrojado do que boa parte do mercado esperava, o economista-chefe de mercados emergentes do Citi, David Lubin, avalia que a decisão pode ter aberto a porta a novas surpresas em outras economias.

Apesar disso, ele diz ter dúvidas sobre o impulso à atividade econômica, dado o freio de juros reais que, paradoxalmente, tendem a subir por conta da desaceleração dos preços, mais rápida do que a redução das taxas nominais. A seguir, os principais trechos da entrevista: O início do ciclo de flexibilização monetária, com cortes de juros mais arrojados do que se esperava no Brasil e no Chile, deve impulsionar a atividade, apesar do ambiente internacional difícil para produtores de commodities?

Nos próximos meses, as expectativas de **inflação**, provavelmente, vão cair mais rápido do que os juros nominais nos países emergentes. Isso significa que, em geral, a taxa de juros real ex-ante, ou seja, descontada das expectativas para a **inflação**, vai subir. Acho que precisamos estar abertos para a possibilidade de as decisões dos bancos centrais do Chile e do Brasil terem aberto a porta para novas surpresas. Há chance de a taxa de juros cair mais rápido do que estamos prevendo atualmente. Mesmo assim, por conta dessa situação paradoxal, na qual, apesar da queda dos juros nominais, a taxa real sobe em razão da queda mais acelerada das expectativas, não estou seguro de que o ambiente favorável de desinflação vai apoiar o crescimento.

Por que você espera uma queda adicional das expectativas?

Temos um ambiente benigno para a queda da **inflação** nos mercados emergentes. Desde maio, particularmente, quase todos os países publicaram índices de **inflação** abaixo do esperado. Exceção a países como a Índia, a **inflação** nos emergentes está, em geral, se comportando bem. Um dos motivos é que os preços das commodities estão recuando, e nos

mercados emergentes os bens de consumo têm peso maior do que os serviços na **inflação** ao consumidor. Os núcleos de **inflação** dão, na maioria dos países, sinais de desaceleração rápida, embora continue resistente no Brasil. Temos um cenário de desinflação confiável nas economias emergentes, e acho que vai continuar assim por bom tempo.

O arrojado apontado por parte dos economistas na abertura do ciclo de flexibilização monetária no Brasil pode adiar a convergência da **inflação** em direção à meta de 3% nos próximos anos?

Ainda temos a previsão de **inflação** em 4% até o ano que vem. Portanto, ainda não vemos a **inflação** chegando a 3% no Brasil antes de 2025.

Como você vê a evolução da situação fiscal no Brasil desde o início do ano, com a chegada de um novo governo?

A melhora de confiança do mercado nas finanças públicas tem a ver com o avanço do arcabouço fiscal e da **reforma tributária**, mas também com o fato de que, no começo do ano, a nossa expectativa era de crescimento do **PIB** perto de zero.

Agora, a nossa projeção para o crescimento do Brasil neste ano está perto de 2,5%, graças à supersafra, que permitiu um forte crescimento no primeiro trimestre. Para se ter uma avaliação adequada, temos de ver o que o governo vai fazer num ambiente econômico mais difícil.

O teste que mostrará se o arcabouço é robusto ou não vai acontecer caso o crescimento do **PIB**, por algum motivo, volte para zero ou para abaixo de 1%. O governo fará um esforço para entregar as metas de superávit nos próximos três anos? Se o crescimento diminuir e exigir esforços fiscais para gerar os resultados primários prometidos, o que o governo vai fazer? Nesse momento, ainda não sabemos.

A desaceleração da economia chinesa vai contribuir mais para a desinflação do resto do mundo?

A China já tem um problema sério de deflação nos preços aos produtores. Na **inflação** ao consumidor, caiu em base anual para zero na última medição (relativa a junho). Acho que as autoridades chinesas

vão ficar muito desapontadas se houver uma deflação persistente nos preços ao consumidor.

Quando a confiança está baixa e os consumidores buscam por barganhas, se os preços começam a cair, o risco é de uma espiral negativa: as famílias adiam o consumo porque percebem que os preços estão em queda; e os preços caem porque as famílias estão adiando o consumo. Não estamos prevendo isso, mas com certeza é um risco. De qualquer maneira, se a deflação na China se tornar óbvia, haverá um efeito baixista para a **inflação** do resto do mundo, em particular nos países emergentes.

Isso, de certa forma, já não acontece no atacado?

Sim. A queda do índice de preços ao produtor na China tende a levar a um declínio da **inflação** ao produtor em outros países.

Ao mesmo tempo, a queda dos índices de preços ao produtor tende a preceder a queda dos preços ao consumidor em qualquer lugar. Então, o fato de termos deflação nos preços ao produtor na China é, por si só, um movimento desinflacionário para muitas outras economias.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Presidente da Câmara cobra governo sobre reforma para cortar despesas

FRANCISCO CARLOS DE ASSIS

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), voltou a defender ontem o retorno da reforma administrativa à agenda legislativa, depois que a Casa encaminhou a **reforma tributária** ao Senado. E cobrou o governo para que tome a iniciativa.

"Não quero colocar pressão sobre ninguém, mas vamos ter de cortar despesas", disse Lira, durante debate sobre a **reforma tributária** na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

A empresários da indústria paulista, Lira afirmou que a Câmara precisará de apoio tanto interno quanto externo para levar adiante a reforma na administração pública, que, lembrou ele, já foi votada em comissão especial. Nesse ponto, pediu ao governo que volte a se debruçar sobre o tema. "Vamos ter de discutir despesas.

Se não podemos aumentar **impostos**, temos de cortar despesas", disse.

Lira sustentou que o objetivo da reforma administrativa é controlar a evolução das despesas públicas, mas sem mexer nos direitos adquiridos. Citando matérias estruturais aprovadas nos últimos anos, como a reforma da Previdência, a privatização da Eletrobras, a autonomia do Banco Central (BC) e os marcos de saneamento e da cabotagem, ele ressaltou que o Congresso tem dado demonstrações de seu compromisso com matérias de interesse do País.

A posição de Lira na defesa da reforma administrativa neste momento vai na direção contrária ao discurso da equipe econômica. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já afirmou que a reforma não traria "grandes ganhos em cortes de despesas", insistindo na aprovação de outros projetos para aumentar a arrecadação e garantir a meta de zerar o déficit público a partir de 2024. Entre esses projetos, está o da taxação de investimentos de brasileiros em paraísos fiscais, que não conta com o apoio de Lira (mais informações nesta página).

TRIBUTÁRIA. Sobre a **reforma tributária**, tema do debate, o presidente da Câmara manifestou a expectativa de aprovação final da proposta de emenda

constitucional até o fim do ano. Lira ressaltou que as mudanças no sistema tributário aprovadas na Câmara foram construídas em conjunto com o governo, via Ministério da Fazenda, e líderes partidários.

Também participando do debate na Fiesp, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que não há qualquer decisão sobre a possibilidade de a Casa estabelecer um teto para alíquota do Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

"Isso cabe ao relator (senador Eduardo Braga) que vai produzir o relatório, vai discutir com os demais senadores", disse Pacheco, ao se referir ao termo "tetar", criado por Braga, em referência à ideia de inserir um teto para o IVA, desde já imposto pela Constituição.

"O que o senador Eduardo Braga fez foi buscar coletar informações em relação aos números da **reforma tributária** que represente em termos numéricos a carga tributária que se pretende estabelecer, e o que representam as isenções inseridas no texto em termos numéricos, que também impactam na formação de uma alíquota", disse Pacheco.

O texto aprovado na Câmara incluiu isenções para diversos setores, o que levou especialistas a prever uma alíquota-padrão para o IVA maior do que os 25% estimados inicialmente pelo governo para manter a atual carga tributária. Em relatório encaminhado a Braga, a Fazenda projetou um percentual de até 27%, o que colocaria o País ao lado da Hungria no topo do ranking mundial.

EQUILÍBRIO. Na esteira da polêmica provocada pela declaração do ministro da Fazenda sobre o poder "muito grande" da Câmara, Lira disse que o Congresso reconhece os seus limites.

E salientou a importância de o equilíbrio entre os Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) acontecer "da maneira mais harmônica", sem interferência de um Poder sobre as atribuições do outro. "Cada um sabendo do seu quadrado, do seu limite de atribuição", declarou. Segundo ele, na verdade o Congresso estava aquém de seus limites, porque a política "retroagiu muito".

"O Congresso está chegando num momento de

equilíbrio, de estabilidade, de reconhecer seus limites."

"Vamos ter de discutir despesas (do governo).

Se não podemos aumentar **impostos**, temos de cortar despesas" Arthur Lira (Progressistas-AL) Presidente da Câmara

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Reforma tributária melhor (Artigo)

RENÊ DE OLIVEIRA GARCIA JUNIOR E TOMAZ LEAL

A reforma da tributação sobre o consumo aprovada pela Câmara dos Deputados vai na direção de simplificar o sistema tributário nacional e, portanto, representa importante avanço para a economia brasileira. Contudo, mesmo com os progressos apresentados, deve-se enfatizar que existem pontos de atenção e melhorias a considerar no texto encaminhado ao Senado.

De maneira sucinta, entre as principais modernizações trazidas pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45, estão unificação de **impostos**, uniformização de alíquotas, introdução da lógica de não cumulatividade plena e observância do princípio do destino. A primeira atua para reduzir a profusão de atos normativos que regulamentam matérias tributárias envolvendo os **impostos** indiretos (ICMS, ISS, IPI, PIS/ Cofins), resumindo-os aos termos de um IVA dual. A não cumulatividade plena dá fim aos **impostos** em cascata que encarecem e tornam a produção nacional menos competitiva internacionalmente. A mudança da tributação da origem para o destino encerra o incentivo a distorções alocativas da produção, estas motivadas por disputas tributárias entre os entes federados.

Apesar de estimularem importantes debates, especialmente quanto ao tamanho da carga tributária e à perda de autonomia federativa, tais pontos da reforma trazem consigo, numa perspectiva macroeconômica, uma redução da complexidade do sistema atual e ganhos potenciais expressivos para a produtividade da economia.

Ocorre que, para viabilizar politicamente sua aprovação, uma série de concessões foram feitas em relação ao texto inicialmente proposto, como a inclusão de novos bens e serviços em alíquotas reduzidas, ou zeradas, e a criação de novos regimes especiais de tributação. Se as novas exceções não forem contidas, ou até mesmo revertidas, acabaremos por reduzir o efeito benéfico da simplificação proposta.

Além disso, o período da transição - no caso do ISS e ICMS para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), entre 2029 e 2032 - ficou demasiadamente longo, o que na prática nos levará a conviver com ainda mais complexidade tributária até que a troca se efetive. Nesse ínterim, e compondo a mesma base de cálculo, será instituído o Imposto Seletivo, cuja base tributária remete a bens ou serviços prejudiciais à saúde e ao

meio ambiente. Tal valoração moral é mais um dos itens que fazem remissão a uma legislação que ainda será editada.

Há que falar ainda do risco fiscal. Embora a perspectiva seja de ganhos de produtividade, o que elevará a arrecadação, esses não se darão de forma imediata. Até lá, os estados conviverão com a permanente quebra estrutural de receitas impostas pela LC 194/2022, ao passo que as despesas -no caso desses entes, intensiva em pessoal nas áreas de saúde, educação e segurança-segurança aumentando.

O governo federal se comprometeu a financiar em montantes expressivos os diferentes fundos criados para compensar os estados pela mudança de sistemática. Esse é um ponto de atenção, uma vez que a piora do quadro fiscal também já bate às portas da União. Logo, para que se mantenha o equilíbrio fiscal e econômico nos próximos anos, sob risco de perda dos ganhos líquidos resultantes da reforma, todo cuidado é pouco.

Todo cuidado é pouco para que se mantenha o equilíbrio fiscal e econômico nos próximos anos

Renê de Oliveira Garcia Junior é secretário estadual da Fazenda do Paraná,

Tomaz Leal é assessor econômico da Secretaria Estadual da Fazenda do Paraná

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/oglobo/20230822>

Tributária: Pacheco espera votar no Senado em outubro

CAROLINA NALIN E JOÃO SORIMA NETO

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse ontem que espera votar a **Reforma Tributária** ainda em outubro. A previsão é que a votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) ocorra no dia 4 de outubro. Se aprovado, o texto segue direto para o plenário da Casa: -A projeção inicial é essa. Evidentemente, se tiver alguma necessidade de algum adiamento mínimo, vamos fazer.

É importante entregar uma reforma com boas bases e com conhecimento profundo do que se está fazendo - afirmou Pacheco após o seminário "Reflexões sobre a **Reforma Tributária**", no Centro Cultural FGV, no Rio.

O debate foi organizado pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça Luis Felipe Salomão e pelo desembargador Marcus Abraham e reuniu juristas e especialistas na área tributária.

Pacheco disse que o mês de setembro será dedicado à realização de estudos, projeções e audiências públicas que deem embasamento para uma votação segura. Segundo ele, já na próxima terça-feira, dia 29, será feita uma sessão pública com todos os governadores em Brasília para discutir o texto.

RISCO À ARRECADAÇÃO

O presidente do Senado ressaltou a necessidade de diálogo entre estados, municípios e diferentes setores da economia, como indústria, comércio e serviços:

- É muito importante que todo mundo ceda um pouco para a gente ter um sistema unificado, na compreensão de que isso vai ser bom para o país, no fim das contas.

Mais tarde, em evento na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), na capital paulista, Pacheco afirmou que não existe definição sobre a criação de um teto para a alíquota do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Ele explicou que o relator da reforma no Senado, Eduardo Braga, já está reunindo números para que o assunto seja discutido na Casa.

A Fiesp defende um teto de 25%, para que a indústria não seja onerada com as exceções previstas no texto.

-Não há decisão sobre esses pontos mais polêmicos, e isso cabe ao relator. Um estudo sobre o impacto das exceções da reforma será feito. O fato é que, quanto mais isenções, maior será a alíquota para se manter a atual carga tributária -comentou Pacheco.

No evento, que também teve a participação do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o presidente da Fiesp, Josué Gomes da Silva, disse que algumas exceções são necessárias, como a isenção da cesta básica. Mas afirmou que a indústria não aguentará pagar mais de 25%.

O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Camevalli Durigan, que representou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que está em viagem à África do Sul, lembrou estudo que mostra que a alíquota do novo imposto pode variar entre 25% e 27%, dependendo das exceções que forem aprovadas:

-Uma alíquota de 25% será possível se construirmos um texto com poucas exceções, ou com as mais justas possíveis.

Para o secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, o economista Bernard Appy, é preocupante estabelecer um teto para o novo IVA:

- Limitar a alíquota é uma estratégia de risco, porque as exceções podem ser aprovadas da mesma forma, com impacto na arrecadação. Temos que fazer um trabalho para que a alíquota seja a menor possível. Não existe risco de termos uma alíquota mais alto do que a que o setor industrial já paga.

*

Encontro.

Pacheco (à esquerda), Josué Gomes e Arthur Lira debateram a **Reforma Tributária** com o setor industrial na Fiesp

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Conselho do IVA será maior debate no Senado, prevê Tebet

Marta Watanabe

A definição do conselho federativo que irá gerir o novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) a ser criado com a **reforma tributária** sobre consumo deverá ser o grande ponto de preocupação do Senado, diz a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet. Ela espera que a proposta seja votada até outubro no Senado e que a promulgação aconteça até dezembro deste ano. A reforma atualmente em debate foi aprovada pelo plenário da Câmara dos Deputados em julho.

"A preocupação em ter um IVA único considerando que o país tem Estados que produzem e outros que consomem é uma questão federativa que está mais tranquila porque foi exaustivamente trabalhada na Câmara. Vamos ficar mais na discussão do conselho federativo, se vamos voltar a ter uma maior influência dos Estados de Norte, Nordeste e Centro-Oeste ou se continuará tendo o peso colocado do Sul e Sudeste. É um dos pontos que preocupam o Senado e que pode ser, pela composição federativa, que tenha alguma alteração ou tenha um maior embate."

Eduardo Braga (MDB-AM), relator da reforma no Senado, já defendeu, no início de agosto, mudanças na composição do conselho federativo.

Pela **reforma tributária** aprovada na Câmara e em tramitação no Senado atualmente, os federais PIS, Cofins e IPI, além do estadual ICMS e do municipal ISS, serão substituídos pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), subnacional, pela Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), federal e pelo Imposto Seletivo (IS), também da União.

Enquanto o IS tem caráter para-fiscal e é voltado para bens e serviços com externalidades negativas, a CBS e o IBS seguirão o modelo do IVA, com base ampla, não cumulativo e cobrado no destino. O conselho federativo será responsável pela gestão do IBS, que surgirá em junção de ICMS e ISS.

A **reforma tributária** em discussão, se não é a ideal, é a possível, diz Tebet. Ela ressaltou que o senador Braga é um parlamentar "que conhece o processo e saberá levar todas as demandas no Senado. Já se sabe, diz ela, que se novas exceções entrarem, a alíquota [dos novos **tributos**] aumenta. A

determinação do presidente Lula, diz, é de a **reforma tributária** sobre consumo venha com neutralidade tributária.

Para Bernard Appy, secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, a reforma em discussão no Senado trará avanços em relação ao sistema atual. "Gostaria que [a reforma] tivesse menos exceções, mas perto do que temos hoje é extraordinário", diz, ressaltando que a proposta em discussão traz maior simplicidade e deve reduzir litígios, além de aumentar eficiência a locativa.

A ministra ressaltou que, ainda que as preocupações do Senado possam se centrar em questões federativas, debates relacionados a cálculo, princípios e prazos da **reforma tributária** precisam ser levados aos parlamentares, para se garantir dessa forma o melhor texto para o novo sistema tributário.

As declarações foram dadas em debate promovido ontem pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV Direito SP).

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187638?page=14§ion=1>

Tributária será promulgada neste ano, diz Pacheco

Caio Sartori, Lucianne Carneiro e Ricardo Mendonça

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse nessa segunda-feira (21) que a Casa não descarta estender o andamento da **reforma tributária** para aprimorar a discussão sobre o projeto. O senador afirmou, porém, que a projeção de votar o texto no dia 4 de outubro na CCJ, estipulada pelo relator Eduardo Braga (MDB-AM), é viável.

Além do prazo, Pacheco sinalizou que os senadores tendem a estabelecer um teto para o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), medida cobrada pelo presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes, em evento realizado na entidade em parceria com o grupo Esfera.

"A previsão inicial é para outubro: 4 de outubro foi a data estipulada pelo relator, e nós vamos nos dedicar muito no fim de agosto e no início de setembro, fazer audiências públicas, projeções, colher números e votar com segurança", apontou Pacheco pela manhã em evento da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio. "Evidentemente, se tiver alguma necessidade de adiamento mínimo, vamos fazer, porque é importante entregar a reforma com boas bases, com conhecimento profundo do que se está fazendo. A projeção inicial é essa e acredito que é possível cumpri-la."

A tendência, disse, é que a reforma seja promulgada ainda este ano. À tarde, na Fiesp, ele ouviu a demanda de Josué para fixar a alíquota do IVA em no máximo 25%, à qual acenou.

Em tom de brincadeira, o senador adiantou que Eduardo Braga vem falando em "tetar" o imposto nesse patamar. Também presente na Fiesp, o secretário extraordinário da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, disse que enxerga a proposta de limitar a alíquota com "muita preocupação".

Segundo Appy, "não existe hipótese nenhuma" de a reforma produzir uma alíquota maior que a carga padrão paga atualmente pela indústria de transformação, acima de 34%, conforme um estudo da pasta. Mas estabelecer um limite, completou, poderia criar problemas.

"Vai limitar onde? Na União, nos Estados ou nos municípios?", questionou. "Vai impedir os entes de poderem gerir sua arrecadação?" Segundo ele, nunca será fácil para um governante aumentar imposto. "Mas vai que precisa?"

De acordo com Pacheco, a prioridade da Casa neste processo será ouvir Estados e municípios: "Sendo a casa da federação brasileira, há uma prioridade natural de ouvir os Estados, o DF e os municípios. Da nossa parte, não haverá nenhum prejuízo a esses entes na discussão da **reforma tributária**", afirmou no seminário da FGV Conhecimento.

Ele disse ainda que não há desejo de "sacrificar nenhum setor ou ente federativo", mas que "chegou a hora de escolher uma opção política em relação ao sistema de arrecadação tributária". Ele também observou que a inclusão de novos pontos no texto pela Câmara leva o Senado a se debruçar sobre o que deve ou não ser mantido.

"A **reforma tributária** é inevitável e já foi suficientemente discutida e amadurecida. Mas quando a Câmara aprova e insere institutos e dispositivos novos, isso deve ser objeto de uma análise prudente do Senado", apontou.

No mesmo evento, os governadores do Rio, Cláudio Castro, e de Goiás, Ronaldo Caiado, fizeram ponderações sobre a reforma. Para Castro, o atual sistema "arranca" demais dos Estados que mais produzem e não promove a desejada "emancipação" de outras unidades da federação. Depois, ele defendeu que a reforma não vire um "nós contra eles".

"Quando você tem uma região [Sul e Sudeste] de sete Estados que representam 70% do **PIB**, 80% da arrecadação... Você percebe que o sistema tributário está arrancando demais de quem produz e não gerando a emancipação de quem recebe transferências da União", disse.

A fala é análoga às declarações que o governador de Minas, Romeu Zema, deu em entrevista ao jornal "O Estado de S. Paulo". O mineiro, contudo, foi mais duro. Comparou o Nordeste a uma "vaquinha que produz pouco" e virou alvo de inúmeras críticas. Castro ponderou que não se trata de colocar uma região contra a outra e disse que todos os Estados "são

brasileiros".

"Não deixe que vire uma reforma de nós contra eles. Infelizmente, pela necessidade de pagar as contas no fim do mês, acaba acontecendo. Nós temos um Brasil muito maior que só as contas para pagar. Como democratas que somos, temos que olhar para o Brasil inteiro", apontou. "Estados que vivem de ICMS ou transferência, somos todos brasileiros. A gente tem que olhar para o Brasil que cresce junto. Mas não adianta continuar numa lógica que quebra quem produz e não emancipa quem precisa de transferência."

Já Caiado, que desponta como o governador mais crítico à reforma, reforçou a condenação à criação do conselho federativo e à mudança da tributação da origem onde o produto ou serviço é produzido para o destino do consumo.

Ele classificou como "iluminado" o autor da ideia do conselho. Formado por representantes estaduais e de prefeituras, o colegiado vai gerir a arrecadação do novo Imposto sobre Bens e Serviço, que unifica o ICMS e o ISS.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187638?page=14§ion=1>

Haddad: Brics não deve significar antagonismo com outros fóruns

No fórum empresarial do Brics, nesta terça-feira (22), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que o bloco não deve significar nenhum tipo de antagonismo a outros fóruns, dos quais, inclusive, o Brasil participa.

Haddad falou da contribuição do Brics no plano internacional e ressaltou que o Brasil tem feito o dever de casa no que se refere à economia.

O ministro citou a **reforma tributária** como exemplo das medidas para melhorar a economia brasileira.

E defendeu que África e América do Sul se tornem plataformas para diversificação das atividades industriais.

O ministro Fernando Haddad ressaltou ainda o compromisso do Brasil com o meio ambiente. O país pretende ser fonte de energia limpa e produtos verdes.

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2023-08/haddad-brics-nao-deve-significar-antagonismo-com-outros-foruns>

Correio debate reforma tributária como força para combater o mercado ilegal

Correio Braziliense

O seminário Correio Debate - **Reforma Tributária**: Uma oportunidade para combater o mercado ilegal reúne autoridades e especialistas para discutir como as mudanças na **legislação tributária** podem ser um importante impulso para erradicar as práticas ilegais de mercado. O evento é feito em parceria com Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP).

Acompanhe:

O debate conta com dois painéis: o primeiro abordará os impactos do contrabando na economia e na segurança pública, enquanto o segundo discutirá como a **reforma tributária** pode contribuir no combate a essa prática ilegal. O Correio transmite o evento ao vivo nas redes sociais, proporcionando acesso amplo e democrático às discussões e reflexões sobre o assunto.

O Fórum chama a atenção da sociedade sobre alguns pontos relegados pelo debate em torno do novo modelo de tributação, aguardado há décadas. A verdade é que a ilegalidade impacta, severamente, a competitividade da indústria nacional, ceifa o emprego e a renda do trabalhador brasileiro, reduz a arrecadação e contribui para a elevação de preços.

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/08/5118903-reforma-tributaria-correio-debate-o-combate-ao-mercado-ilegal.html>

Proposta de reforma tributária vence resistência de empresários da Zona Franca de Manaus

Por Alexandre Martello, Lais Carregosa e Ana Paula Castro, g1 e TV Globo - Brasília

Reforma tributária foi aprovada na Câmara e agora começa a ser analisada no Senado.

Zona Franca de Manaus buscava uma maneira de não ser afetada pela reformulação dos **impostos**.

Texto da reforma propõe que novas alíquotas sejam calibradas para a Zona Franca não perder vantagem.

Após críticas de empresários da Zona Franca de Manaus, receosos em perder o benefício concedido para a região, a proposta de **reforma tributária** sobre o consumo venceu as resistências iniciais dos investidores que atuam no polo industrial.

O texto já foi aprovado pela Câmara dos Deputados, mas ainda precisa passar pelo Senado Federal e por uma nova rodada de votação pelos deputados para ter validade.

??Criada em 1967 e com validade assegurada até 2073, Zona Franca concede benefícios fiscais para indústrias instaladas na região, com o objetivo de fomentar empregos e gerar renda na Amazônia.

??Só para este ano, a renúncia de **impostos** federais para a Zona Franca e áreas de livre comércio deve passar de R\$ 35 bilhões.

??Levantamento da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), feito em dezembro de 2021, aponta que são 100 mil postos de trabalho entre efetivos, temporários e terceirizados. Representantes do setor industrial da região dizem que os empregos diretos e indiretos somam 500 mil.

Na **reforma tributária**, o Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), o PIS e a Cofins federais, além do ICMS estadual e ISS municipal, são trocados por um IVA federal (CBS) e por outro IVA estadual (IBS), além de um imposto seletivo.

Um dos principais pontos questionados anteriormente pelos empresários da Zona Franca de Manaus é que a

reforma tributária propõe extinguir o Imposto Sobre Produto Industrializado (IPI) - instrumento por meio do qual é concedido atualmente o benefício fiscal às empresas lá instaladas.

Isso ocorre porque os itens produzidos na ZFM não pagam o IPI. Mas os mesmos produtos, fabricados em outras regiões, pagam. Com isso, há vantagem competitiva para Zona Franca.

Com o fim do IPI, havia o temor que essa vantagem competitiva terminasse gerando desemprego. Desde o começo das negociações, o Legislativo e o governo federal asseguraram que isso não aconteceria. Entretanto, havia uma negociação sobre o formato que seria adotado para manter o benefício.

De acordo com Bernard Appy, secretário extraordinário para a mudança no sistema de **tributos** do Ministério da Fazenda, a PEC aprovada pela Câmara dos Deputados diz que os novos **tributos**, o IVA federal, o IVA federal e o imposto seletivo, vão ser calibrados para manter o chamado diferencial competitivo da região.

Isso quer dizer que os itens produzidos fora da Zona Franca manterão a diferença de alíquotas que existe atualmente em relação aos produtos fabricados em outras regiões - o que faz com que os itens lá produzidos sejam mais baratos. A forma como isso será feito, porém, será discutida somente em lei complementar, após a aprovação da PEC da **reforma tributária** pelo Legislativo.

Luiz Augusto Rocha, presidente Conselho Superior do CIEAM (Centro da Indústria do Estado do Amazonas), afirmou em artigo que o texto aprovado pela Câmara dos Deputados atende aos pedidos do empresariado da região.

As propostas da entidade que preservam a ZFM foram contempladas no texto constitucional, que foi aprovado na Câmara dos Deputados. Temos ainda enormes desafios. O próximo passo é a tramitação no Senado Federal e depois a regulamentação na legislação complementar. Com a certeza de que a **reforma tributária** ao final será sólida e equitativa. Não tem

plano B, tem esse foco: preservar a ZFM até 2073 , afirmou Luiz Augusto Rocha, do Centro da Indústria do Estado do Amazonas.

Já o relator da proposta de **reforma tributária** no Senado Federal, o senador pelo Amazonas Eduardo Braga, avaliou que a questão da Zona Franca de Manaus foi bem resolvida na Câmara dos Deputados.

O projeto Zona Franca de Manaus é o maior programa de conservação ambiental que o Brasil possui. A maior floresta em pé do mundo é a floresta do estado do Amazonas: 96% de um estado, 1,5 milhão de quilômetros quadrados de floresta está preservado, graças a um modelo de desenvolvimento econômico sustentável que não pressiona a floresta , afirmou Braga nesta semana em entrevista ao programa Roda Viva , da TV Brasil.

Além de manter a vantagem competitiva dos produtos fabricados na Zona Franca de Manaus, o texto da **reforma tributária** aprovado pela Câmara dos Deputados cria um Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica do Estado do Amazonas, que será constituído com recursos da União e por ela gerido .

Esse fundo, que será definido posteriormente por meio de lei complementar, ainda não tem valores definidos. A ideia é estimular projetos relacionados com a bioeconomia, mais relacionados com a vocação natural da região.

Em outubro do ano passado, Sergio Leitão, diretor-executivo do Instituto Escolhas, uma associação civil sem fins econômicos que busca qualificar o debate sobre sustentabilidade , avaliou que o custo da Zona Franca de Manaus é alto para fazer processos sem inovação. Ele disse também que a bioeconomia, como projetos de piscicultura e carne vegetal, por exemplo, são o passaporte para o futuro da região.

Em maio desse ano, o Banco Mundial divulgou um relatório no qual propõe novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia Legal Brasileira. Entre as propostas, estão:

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/08/22/proposta-de-reforma-tributaria-vence-resistencia-de-empresarios-da-zona-franca-de-manau.ghhtml>

Reforma tributária: Congresso deixa para depois análise de cesta básica, cashback e alíquota do IVA

Por **Alexandro Martello, Lais Carregosa e Ana Paula Castro**, g1 e TV Globo - Brasília

Reforma tributária aprovada pela Câmara dos Deputados tem o objetivo de simplificar **tributos** sobre o consumo.

Texto prevê substituir cinco **tributos** por dois **impostos** sobre Valor Agregado (IVAs), com gestões federal; e compartilhada entre estados e municípios.

Proposta estabelece, no entanto, diversos mecanismos que terão que passar por regulamentação posterior.

Escolha dos produtos isentos na cesta básica, funcionamento do cashback, cobrança adicional para itens nocivos à saúde e tamanho da alíquota dos IVAs são alguns dos pontos que ainda não estão detalhados na reforma.

Governo avalia que, se não houver atraso na análise do Congresso, regulamentação poderá ser concluída entre 2024 e 2025. Com isso, transição para adotar os IVAs terá início em 2026.

Antes dessa etapa, proposta ainda precisa ser votada pelo Senado, que prevê discussão em outubro. Em caso de alteração, texto também terá nova rodada na Câmara.

Após décadas parada no Congresso, a **reforma tributária** foi aprovada em julho pela Câmara dos Deputados.

Antes de se tornar válido, o texto precisa ser analisado pelo Senado, que prevê votação em outubro. Depois, se houver alteração dos senadores, a proposta retornará aos deputados para nova rodada de análise.

O principal objetivo da reforma é simplificar e facilitar a cobrança dos **impostos**. Em linhas gerais, a proposta inicial estabelece a substituição de cinco **tributos** por dois **impostos** sobre Valor Agregado (IVAs):

O texto também prevê a criação de um imposto seletivo sobre produtos nocivos à saúde e ao meio

ambiente, como cigarros e bebidas alcoólicas.

Apesar disso, temas considerados mais complexos e polêmicos ainda não foram definidos na Proposta de Emenda Constitucional (PEC). Com isso, o formato será fechado somente depois, por meio de lei complementar ou ordinária.

Essa parte é chamada de regulamentação da **reforma tributária**, prevista para acontecer somente a partir de 2024 - isto é, se a PEC caminhar conforme o previsto neste ano no Congresso Nacional.

Entre esses temas, estão:

Secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a **reforma tributária**, Bernard Appy avalia que a regulamentação da **reforma tributária** terá um escopo grande.

Segundo ele, alguns pontos já estão sinalizados na PEC discutida pelo Congresso, mas outros ainda terão que ser detalhados via lei complementar.

?? Para entender: leis complementares servem para regulamentar dispositivos específicos da Constituição. A aprovação depende de número menor de votos, em comparação às PECs - 257 deputados (em dois turnos) e 41 senadores (em somente um turno).

O cronograma da Fazenda prevê que, se a **reforma tributária** for aprovada ainda neste ano, a regulamentação será feita entre 2024 e 2025. Com o término dessa fase, poderá ter início, em 2026, a transição dos atuais **impostos** para o modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

Para Gabriel Quintanilha, professor da FGV Direito Rio, o início da transição em 2026, como prevê o texto da PEC, vai depender da força do governo federal em negociar a reforma e da velocidade do Congresso Nacional em aprovar as leis complementares.

Na avaliação de Quintanilha, há uma "abertura muito grande" para o que poderá ser regulamentado por lei complementar, como a abrangência do imposto seletivo.

O texto aprovado pela Câmara dos Deputados prevê que o chamado imposto do pecado poderá incidir sobre a "produção, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, mas não aponta quais serão os itens com tributação adicional.

O Planalto já sinalizou que, com o imposto seletivo, mira produtos como cigarro e álcool. Gabriel Quintanilha argumenta, porém, que o conceito do que é nocivo à saúde é abrangente e pode incluir outros produtos no futuro, como fast food.

A advogada tributarista Mariana Ferreira avalia que a PEC poderia também indicar o critério de escolha dos produtos da cesta básica nacional, isenta de cobrança dos IVAs. A proposta aprovada pela Câmara estabelece que a definição cabe a uma lei complementar.

Mariana considera, porém, que essa discussão poderia retardar a aprovação da PEC, que aguarda análise do Senado.

Por outro lado, a advogada defende que a definição da alíquota do futuro imposto é um tema pertinente à lei complementar.

"Fixação de alíquota já acho que não é função da Constituição. Não tem como constituinte falar quais serão as alíquotas do novo imposto, porque é um ponto mais específico, mais técnico. A Constituição vai dar o panorama.

Discutida há décadas, a reforma que caminha no Congresso trata dos **impostos** sobre o consumo. O avanço é considerado **prioritário** pelo Planalto para aproximar as regras brasileiras do resto do mundo e reformar um sistema que é considerado caótico por empresários e investidores.

O governo avalia que a simplificação dos **impostos** no Brasil é fundamental para destravar a economia, impulsionar o crescimento do país e a geração de empregos.

Analistas estimam que a **reforma tributária** sobre o consumo tem potencial para elevar o Produto Interno Brasil (**PIB**) do Brasil em, no mínimo, 10 pontos percentuais nas próximas décadas.

?? Não cumulatividade

Com a implementação dos IVA* no Brasil, os **tributos** passariam a ser não cumulativos. Isso significa que, ao longo da cadeia de produção, os **impostos** seriam pagos uma só vez por todos os **participantes** do

processo.

Atualmente, cada etapa paga os **impostos** individualmente, e as cobranças vão se acumulando até o consumidor final.

*No exemplo, foi considerada uma alíquota fictícia de 10%. O texto aprovado pela Câmara não estabelece quais serão as alíquotas adotadas para o IVA.

?? Não cumulatividade

Outra mudança é que o tributo sobre o consumo seria cobrado no destino - ou seja, no local onde os produtos são consumidos. Deixaria de existir, portanto, a cobrança no local em que os bens são produzidos.

A mudança contribuiria para combater a chamada guerra fiscal, nome dado a disputa entre estados para que empresas se instalem em seus territórios por meio de incentivos fiscais.

?? Outros pontos

Investidores reclamam do elevado número de **tributos** e da complexidade do sistema tributário brasileiro. Eles avaliam que isso afasta investimentos.

No caso do ICMS estadual, por exemplo, há 27 diferentes legislações vigentes no país - uma para cada estado, incluindo o Distrito Federal. Com o IVA, haveria uma legislação única.

A disputa judicial entre Estado e contribuintes já soma R\$ 5,4 trilhões (dados de 2021), montante que equivale a 75% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Um dos objetivos da **reforma tributária** é reduzir, em consequência de regras mais simples, as disputas na justiça.

A reforma discutida no Congresso fecha brechas existentes atualmente para a sonegação de **impostos**. Além disso, de acordo com estimativa do governo, deve reduzir custos e estimular investimentos estrangeiros.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/08/22/reforma-tributaria-congresso-deixa-para-depois-analise-de-cesta-basica-cashback-e-aliquota-do-iva.ghtml>

Senado pode melhorar reforma tributária

Por Renê de Oliveira Garcia Junior e Tomaz Leal

A reforma da tributação sobre o consumo aprovada pela Câmara dos Deputados vai na direção de simplificar o sistema tributário nacional e, portanto, representa importante avanço para a economia brasileira. Contudo, mesmo com os progressos apresentados, deve-se enfatizar que existem pontos de atenção e melhorias a considerar no texto encaminhado ao Senado.

De maneira sucinta, entre as principais modernizações trazidas pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45, estão unificação de **impostos**, uniformização de alíquotas, introdução da lógica de não cumulatividade plena e observância do princípio do destino. A primeira atua para reduzir a profusão de atos normativos que regulamentam matérias tributárias envolvendo os **impostos** indiretos (ICMS, ISS, IPI, PIS/Cofins), resumindo-os aos termos de um IVA dual. A não cumulatividade plena dá fim aos **impostos** em cascata que encarecem e tornam a produção nacional menos competitiva internacionalmente. A mudança da tributação da origem para o destino encerra o incentivo a distorções alocativas da produção, estas motivadas por disputas tributárias entre os entes federados.

Apesar de estimularem importantes debates, especialmente quanto ao tamanho da carga tributária e à perda de autonomia federativa, tais pontos da reforma trazem consigo, numa perspectiva macroeconômica, uma redução da complexidade do sistema atual e ganhos potenciais expressivos para a produtividade da economia.

Ocorre que, para viabilizar politicamente sua aprovação, uma série de concessões foram feitas em relação ao texto inicialmente proposto, como a inclusão de novos bens e serviços em alíquotas reduzidas, ou zeradas, e a criação de novos regimes especiais de tributação. Se as novas exceções não forem contidas, ou até mesmo revertidas, acabaremos por reduzir o efeito benéfico da simplificação proposta.

Além disso, o período da transição - no caso do ISS e ICMS para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), entre 2029 e 2032 - ficou demasiadamente longo, o que na prática nos levará a conviver com ainda mais complexidade tributária até que a troca se efetive. Nesse ínterim, e compondo a mesma base de cálculo, será instituído o Imposto Seletivo, cuja base tributária remete a bens ou serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. Tal valoração moral é mais um dos

itens que fazem remissão a uma legislação que ainda será editada.

Há que falar ainda do risco fiscal. Embora a perspectiva seja de ganhos de produtividade, o que elevará a arrecadação, esses não se darão de forma imediata. Até lá, os estados conviverão com a permanente quebra estrutural de receitas impostas pela LC 194/2022, ao passo que as despesas - no caso desses entes, intensiva em pessoal nas áreas de saúde, educação e segurança - seguirão aumentando.

O governo federal se comprometeu a financiar em montantes expressivos os diferentes fundos criados para compensar os estados pela mudança de sistemática. Esse é um ponto de atenção, uma vez que a piora do quadro fiscal também já bate às portas da União. Logo, para que se mantenha o equilíbrio fiscal e econômico nos próximos anos, sob risco de perda dos ganhos líquidos resultantes da reforma, todo cuidado é pouco.

*Renê de Oliveira Garcia Junior é secretário estadual da Fazenda do Paraná, Tomaz Leal é assessor econômico da Secretaria Estadual da Fazenda do Paraná

Site:

<https://oglobo.globo.com/opiniao/artigos/coluna/2023/08/senado-pode-melhorar-reforma-tributaria.ghtml>

'Mãe de todas as reformas', diz Lira em evento da Fiesp sobre texto da reforma tributária

Brasília

This is a modal window.

Beginning of dialog window. Escape will cancel and close the window.

End of dialog window.

O presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSD-MG) afirmou que um dos objetivos do texto da **reforma tributária** é alcançar "o máximo de igualdade dentro de um conceito de unificação tributária". "Quanto menos isenções tivermos, melhor será, mais justo será sob o ponto de vista tributário porque, quanto menos isenções, menor será a alíquota". Porém, Pacheco defendeu a preservação de situações já existentes no país, como é o caso da Zona Franca de Manaus.

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/videos/mae-de-todas-as-reformas-diz-lira-em-evento-da-fiesp-sobre-a-reforma-tributaria-22082023>

Vídeo: Em evento da Fiesp, Pacheco ressalta importância da aprovação da reforma tributária

Brasília

O presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSD-MG) afirmou que um dos objetivos do texto da **reforma tributária** é alcançar "o máximo de igualdade dentro de um conceito de unificação tributária". "Quanto menos isenções tivermos, melhor será, mais justo será sob o ponto de vista tributário porque, quanto menos isenções, menor será a alíquota". Porém, Pacheco defendeu a preservação de situações já existentes no país, como é o caso da Zona Franca de Manaus.

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/videos/video-em-evento-da-fiesp-pacheco-ressalta-importancia-da-aprovacao-da-reforma-tributaria-22082023>

'Quanto menos isenções tivermos, mais justo será', diz Pacheco sobre reforma tributária

Brasília

/
Rafaela Soares, do R7, em Brasília

O presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSD-MG) afirmou que um dos objetivos do texto da **reforma tributária** é alcançar "o máximo de igualdade dentro de um conceito de unificação tributária". "Quanto menos isenções tivermos, melhor será, mais justo será sob o ponto de vista tributário porque, quanto menos isenções, menor será a alíquota". Porém, Pacheco defendeu a preservação de situações já existentes no país, como é o caso da Zona Franca de Manaus.

Luce Costa/Arte R7

Gostaria de ver as fotos novamente ?

As afirmações foram feitas durante um debate promovido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) nesta segunda (21), que também contou com a presença do presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL) .

O presidente do Senado destacou que a escolha do senador Eduardo Braga (MDB-AM) como relator da proposta na Casa também se deu por conta da particularidade da Zona Franca. "Em outras situações daqui para frente, o máximo de igualdade que tivermos dentro de um conceito de unificação tributária, melhor será. E isso é traduzido na **reforma tributária** que tem

sido defendida por nós todos", completou.

Leia mais: Bancada do agro articula novas alterações à **reforma tributária** no Senado

Segundo Pacheco, também não deve haver um "conceito de discriminação regional no Brasil". "Norte, Nordeste precisam estar inseridos dentro do contexto de valorização das regiões, por isso que há o Fundo de Desenvolvimento Regional", ressaltou.

Foto: Relator da **reforma tributária** no Senado critica Zema e prevê mudanças no Conselho Federativo

O Fundo funcionaria como uma reserva financeira para a compensação do fim da guerra fiscal, o que permitiria aos estados reduzir as alíquotas de ICMS para atrair investimentos. Na prática, caso uma unidade da Federação perca receita nos primeiros anos após a implantação da **reforma tributária**, a União vai arcar com os prejuízos.

Já Lira afirmou que a reforma é uma saída de um "manicômio tributário" para uma organização mínima. Porém, o presidente da Câmara ressaltou que decisões e matérias que foram aprovadas por meio de emenda foram frutos de acordos partidários que o Senado vai aprimorar.

Compartilhe esta notícia no WhatsApp

Compartilhe esta notícia no Telegram

"Os Estados têm que pensar em uma legislação que atenda o Brasil. Nós não podemos é aumentar as desigualdades regionais, mas nós temos que pensar em uma legislação que atenda o Brasil", completou.

O presidente do Senado ressaltou que existe um ambiente propício para a aprovação, mas que é preciso ter exatidão nas informações. "Para que vençamos as narrativas e os questionamentos em relação ao bom mérito, e em capacidade de resolver - de fato - o problema tributário do Brasil, é preciso ter a exatidão das informações."

Pacheco confirmou que um encontro com todos os governadores dos estados e do Distrito Federal está marcado para o dia 29 de agosto no plenário da Casa. "Todos terão as condições de abordar o texto da

reforma e de se posicionar", ressaltou.

O relator da reforma no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), propôs sete audiências públicas para discutir o tema com diferentes setores e votação do relatório em 4 de outubro.

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/quanto-menos-isencoes-tivermos-mais-justo-sera-diz-pacheco-sobre-reforma-tributaria-22082023>

Divulgação/Senador Eduardo Braga

Gostaria de ver as fotos novamente ?

A primeira audiência para debater diagnóstico, objetivos e conceitos está marcada para esta terça-feira (22). Na lista de convidados está o secretário extraordinário da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy.

Dólar cai frente ao real com alívio externo e de olho em autoridades

Por Luana Maria Benedito

SÃO PAULO (Reuters) -O dólar abriu esta terça-feira em queda frente ao real, uma vez que o apetite por risco global se recuperava após preocupações com a política monetária do Federal Reserve, enquanto investidores monitoram falas de uma série de autoridades brasileiras em eventos.

Às 9:34 (horário de Brasília), o dólar à vista recuava 0,69%, a 4,9449 reais na venda.

Na B3, às 9:34 (horário de Brasília), o contrato de dólar futuro de primeiro vencimento caía 0,79%, a 4,9545 reais.

Esse comportamento estava em linha com movimento visto no exterior, onde o dólar rondava a estabilidade frente a uma cesta de pares fortes e caía acentuadamente contra divisas emergentes ou sensíveis às commodities, como peso mexicano, rand sul-africano e dólar australiano.

Acho que é um reflexo de alívio a risco, impulsionado prioritariamente pela queda no retorno dos Treasuries, disse à Reuters Fernando Bergallo, diretor de operações da FB Capital, sobre a fraqueza generalizada do dólar neste pregão. Isso deu espaço para uma inclinação a risco, sem dúvida.

Os rendimentos dos títulos soberanos norte-americanos caíam nesta manhã após terem atingido máximas em 16 anos recentemente, impulsionados em grande parte por temores de que a resiliência da economia dos EUA levará o Fed a adiar seu ciclo de afrouxamento monetário.

O simpósio de Jackson Hole esta semana certamente vai balizar o mercado e fazer preço no dólar, pois o mercado está avaliando talvez que o Fed precise manter a política restritiva de juros altos por mais tempo, alertou Bergallo. A conferência de banqueiros centrais de Jackson Hole, organizada anualmente pelo Fed, começa na quinta-feira e se encerra no sábado.

Enquanto isso, no Brasil, vários operadores destacaram a Conferência Anual do Santander nesta terça-feira como um catalisador para o mercado de câmbio. Participam do evento o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto; o secretário

extraordinário da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy; o relator da reforma na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB); o vice-presidente Geraldo Alckmin; e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Já o diretor de Política Monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, participa como palestrante da reunião do Conselho Superior de Economia (Cosec) da Fiesp.

O foco também segue sobre a votação do arcabouço fiscal na Câmara após alterações promovidas pelo Senado.

Na véspera, a divisa norte-americana fechou em alta de 0,26%, a 4,9792 reais na venda.

(Edição de Camila Moreira e Pedro Fonseca)

Site: <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-acao/dolar-cai-frente-ao-real-com-alivio-externo-e-de-olho-em-autoridades,6c8395dd06a26c79ddf896fd7af2d04a3ru936mj.html>

Boletim do FGV Ibre eleva previsão para PIB

Marsílea Gombata

A atividade econômica mais resiliente que o esperado pode conter o ritmo de redução da taxa de juros, afirma o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre). Esse cenário levou o instituto a revisar suas projeções de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) para cima.

Na edição de agosto do Boletim Macro, os economistas Silvia Matos e Armando Castelar Pinheiro lembram que "os dados divulgados nas últimas semanas reforçam a expectativa de uma desaceleração moderada da atividade econômica no Brasil" e, paralelamente, a continuidade do processo desinflacionaria em curso, apesar de o núcleo de **inflação** estar caindo a um ritmo mais gradual.

"A grande surpresa tem sido alguma resiliência. Sem dúvida, temos os efeitos da política monetária [contracionista], mas, depois daquele supercrescimento ao longo de 2022, vimos desaceleração muito mais tênue que o esperado", diz Matos, coordenadora do Boletim Macro. "A boa notícia é que a **inflação** continua desacelerando. Então há perda menor de produto e com um processo de desaceleração da **inflação** em curso."

O desempenho estável da atividade no segundo trimestre, com destaque para o setor de serviços e o consumo das famílias, levou o instituto a revisar a estimativa de crescimento do **PIB** do segundo trimestre de -0,4% para -0,1%, em relação ao primeiro, e de 1,8% para 2,2% na variação anual. Para 2023, a projeção foi revista de 1,6% para 1,8%.

"Em tomo de dois terços desse resultado decorre das atividades mais exógenas à atuação da política monetária e apenas um terço desse crescimento vem das atividades cíclicas", afirmam os economistas.

O componente do **PIB** chamado de exógeno é aquele menos sensível aos ciclos econômicos e composto por atividades que não são diretamente impactadas pelo rumo da política monetária, como agropecuária, indústria extrativa, atividades imobiliárias e de aluguéis, administração pública.

O cíclico, por sua vez, diz respeito a atividades mais sensíveis ao ciclo econômico e aos efeitos da política

monetária. A variação das atividades cíclicas também reflete a participação de atividades que compõem o setor do agronegócio, como a agroindústria e os serviços associados ao setor.

Em junho, lembram os economistas, a indústria de transformação mostrou contração em relação a maio, o setor de serviços cresceu pelo segundo mês consecutivo, depois de apresentar queda relativamente acentuada em abril, e o varejo ampliado teve um resultado mais favorável, impulsionado pelos subsídios concedidos para a compra de automóveis.

O cenário que se desenha, portanto, é de uma contribuição positiva dos setores cíclicos do **PIB** no segundo trimestre, mas que devem desacelerar no decorrer do ano. E, pelo lado desses setores, a contribuição deve limitar o crescimento do **PIB** neste ano.

Os componentes exógenos do **PIB** devem contribuir com 1,2 ponto percentual para o crescimento no ano, ante 0,6 ponto percentual de contribuição dos componentes cíclicos.

Matos e Castelar Pinheiro observam que, a despeito dos efeitos contracionistas da política monetária, o crescimento das atividades cíclicas tem sido sustentado pela renda, devido não apenas às políticas de transferência de renda, como também ao mercado de trabalho favorável.

"Surpresas positivas no mercado de trabalho impulsionam o consumo no curto prazo, mas, por outro, podem dificultar a continuidade da queda da **inflação** de serviços à frente", escrevem. "Além disso, a taxa de participação deve permanecer abaixo da média observada em 2019, podendo dificultar a retomada da economia sem pressões inflacionárias."

Na seção sobre atividade, Matos e as economistas Marina Garrido e Ana Victoria Pellicione escrevem que a incerteza que paira sobre a projeção para 2023 continua concentrada no setor de serviços, mais especificamente sobre como se dará sua desaceleração.

"No primeiro trimestre do ano, serviços cresceram 0,6% na margem, uma surpresa positiva decorrente, sobretudo, dos spillovers [efeitos transbordamento] do

setor agropecuário", afirmam. "Mas, segundo nossa projeção, o setor deve crescer apenas 0,2% no segundo trimestre, ante o primeiro, revelando que a desaceleração está em curso, o que pode ser atribuído às condições financeiras ainda em patamares restritivos, por mais que estejam melhorando, e à provável redução dos spillovers da agropecuária."

Assim, argumentam, a desaceleração ocorrerá. O que não se sabe ao certo ainda é quando e em qual intensidade.

Isso porque, apesar da resiliência de serviços, o desempenho da indústria de transformação e o investimento está bem negativo. Matos e Castelar chamam atenção, inclusive, para a contração do investimento no segundo trimestre em relação ao mesmo período do ano passado.

"Na comparação com os três primeiros meses, esperamos um moderado crescimento no trimestre, de 0,8%, insuficiente para compensar a queda de 4,6% acumulada no último trimestre de 2022 e no primeiro de 2023. Portanto, insuficiente para compensar o carregamento estatístico negativo para o ano", dizem.

Para tornar o quadro ainda mais desafiador, alertam, acrescenta-se a redução nos preços de commodities, que impacta negativamente a arrecadação de **tributos**, "com as receitas caindo também devido à decisão de reduzir a distribuição de dividendos pelas estatais".

Com as despesas se intensificando, o setor público consolidado pode registrar um déficit de 0,24% do **PIB** nos 12 meses encerrados em junho, o que indica um déficit de 1% do **PIB** neste ano. O risco, alerta o boletim, é esse déficit ser ainda maior no ano que vem.

"A meta ambiciosa [do governo] de zerar o déficit no ano que vem parece impossível", diz Matos.

Esse desaquecimento segue o curso da desaceleração, que começou no terceiro trimestre de 2022 e deve durar até o fim deste ano, devido aos efeitos defasados da política monetária restritiva, além dos impactos cumulativos da desaceleração global em curso, ressalta o FGV Ibre.

Com o mundo crescendo menos, mas com a atividade ainda resiliente, deve demorar mais para **inflação** ceder e os juros caírem.

"Não poderemos descer juros loucamente como gostaríamos. Irá depender do cenário internacional, mas domesticamente temos desafios muito grandes. São velhos problemas como a questão fiscal

[expansiva]", diz Matos. "Corremos o risco de ter a política fiscal indo na direção contrária [da monetária] e minando a capacidade [de entrega] do arcabouço fiscal?"

Na seção sobre política monetária, o economista José Julio Senna, ex-diretor do Banco Central e chefe do Centro de Estudos Monetários do FGV/Ibre, observa que o ciclo de baixa de taxa de juros, como o esperado, causa certa euforia.

"Desconsiderados os que vivem do resultado de aplicações financeiras - os conhecidos "rentiers" -, é difícil pensar em alguém que não valorize uma trajetória de redução dos juros, movimento que, dentre outras coisas, acarreta a alta dos preços dos títulos de renda fixa", escreve Senna.

"Foi exatamente para conter provável excesso de entusiasmo com o início do novo ciclo de juros que o Banco Central anunciou a repetição do corte de 0,50 ponto de queda da taxa Selic para "as próximas reuniões"."

O economista lembra que, na ata da última reunião do Copom, os dirigentes do BC ressaltaram ser "pouco provável uma intensificação adicional do ritmo de ajustes". Isso porque surpresas positivas que justificariam uma eventual intensificação dessa queda envolveriam uma reancoragem mais firme das expectativas de **inflação**.

"A razão de todo esse cuidado é simples: o combate à **inflação** ainda está longe do seu fim", ressalta Senna. "Quedas expressivas dos juros futuros, em antecipação a uma intensificação do corte na Selic, certamente dificultariam sobremaneira o cumprimento do objetivo de levar a **inflação** para a meta (ou ao redor da meta) no começo de 2025, quando passa a valer o critério de meta contínua."

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187638?page=14§ion=1>

Hora de vincular os royalties à Previdência - RAUL VELLOSO

RAUL VELLOSO

O conceito de dívida pública que aparece nas avaliações convencionais da situação macroeconômica do país é o da "dívida consolidada líquida" que, medida para todos os entes e em valores de 2021, se situa ao redor de R\$ 5,7 trilhões. Acredita-se que tamanha dívida seria, a princípio, financiável sem problemas nos mercados financeiros convencionais, desde que, na atual transição de governo, se passasse de um resultado primário (ou seja, receitas menos despesas não-financeiras) negativo este ano para pelo menos zero em 2024, e, a partir daí, o resultado melhorasse seguidamente. Dessa forma, o serviço da dívida seria reduzido gradualmente, pois o que se quer é evitar um eventual aumento da inflação que decorra de uma disparada daquela.

Penso, contudo, que algo bem mais incisivo terá de ser feito a partir de agora em outra esfera de atuação do governo. Caso contrário, a economia brasileira não decolará. Para isso, devemos trazer à tona o segundo tipo de dívida pública que há, e que, mesmo sem percepção ampla de sua existência, deve ser considerado seriamente, para discutirmos as saídas possíveis para a correção de seu eventual descontrole, sob pena de a situação tender a piorar. Trata-se do passivo atuarial ou previdenciário dos regimes próprios de previdência pública, que alcança o valor igualmente chocante de R\$ 5,3 trilhões, fincado em 2021.

Esse valor se refere ao somatório dos compromissos financeiros anuais líquidos assumidos pelos entes públicos (União, estados e municípios) com as aposentadorias e pensões dos seus próprios servidores, trazidos a valor presente, e calculado com base na taxa real de juros de 4,8% ao ano e prazo de 75 anos. Sua gigantesca dimensão se originou do forte crescimento real dos gastos com os benefícios individuais dos regimes próprios de todos os entes, nas últimas décadas. Por fim, ele é fortemente exigível, havendo poucas dúvidas de que os compromissos com os participantes não sejam honrados mês a mês, sob pena, mesmo, de quebradeira de agências bancárias, como já aconteceu.

Até que a EC 103/19 exigiu a zeragem desse passivo

o mais rápido possível, mas pouco se tem feito nessa direção. Nessas condições, o perigo é os investimentos públicos em infraestrutura, que é o item mais flexível dos orçamentos, serem zerados antes (como, aliás, já quase estão), em vez de se buscar zerar os próprios passivos atuariais. Nessa hora, onde fica o PAC e seus investimentos, para atingir as metas de crescimento do PIB? Mais uma vez Lula sairá reclamando que não se cumpre o que ele determina.

Em vista disso, algo que defendo veementemente neste artigo é a destinação obrigatória dos royalties e participações especiais do petróleo para compor o processo de equacionamento previdenciário, esse, sim, o "x" da questão, pois a outra dívida pode ser "rolada", enquanto esta, infelizmente, não.

Nessas condições, e antes de os radicais da área fiscal saírem às ruas cobrando mais ajuste sem "dar nome aos bois", é chegado o momento de trazermos à tona tão importante ativo financeiro praticamente não mobilizado até agora para esse fim. Raciocinando apenas com os subtotais de grupos relevantes, conforme a abrangência de sua captura, tais receitas podem ser imaginadas como abatendo parcelas expressivas do passivo atuarial dos grupos de entes relevantes respectivos.

Se considerarmos apenas os royalties e participações estaduais e do DF, a participação do seu "valor presente" no subtotal dos respectivos deficits atuariais alcançaria não menos do que 27,4%. Esse percentual subiria, contudo, para praticamente a metade daqueles, se considerássemos a totalidade dos citados royalties e participações especiais. (A propósito, o estado do Rio já deu início a esse processo de vinculação de royalties e participações à previdência, faltando apenas aperfeiçoar a lei estadual específica aprovada para esse fim).

Em adição, uma novidade importante da semana que acaba de se encerrar é a entrega da proposta de emenda elaborada pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM) à Câmara Federal, em 16/8, pela lavra do Deputado Gilson Daniel (Pode-ES), configurada na PEC 38/23, que promove a extensão das novas regras de benefícios aprovadas pela União em 2019 a todos os municípios que ainda não fizeram isso. Caso aprovada, essa medida adicionará impacto de mais R\$ 400 bilhões ao equacionamento atuarial

dos municípios brasileiros, e fará muito bem ao país.

Isso tudo permitirá à economia brasileira se livrar da síndrome do crescimento medíocre do **PIB** e do emprego que nos vem caracterizando desde o final dos anos 1980. Dali para cá, o investimento público em infraestrutura caiu 8,5 vezes, mesmo medido em porcentagem do **PIB**. E já dos anos 1970 para cá, a média móvel do crescimento real do **PIB** caiu de 8% para 1% ao ano.

Notícias Relacionadas:

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG
Hora de vincular os royalties à Previdência

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/08/22/all.pdf>

Governo abre processo contra 123 Milhas

Rafaela Gonçalves

A Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) notificou a agência de viagens 123 Milhas para prestar esclarecimentos sobre a suspensão temporária dos pacotes com datas flexíveis e a emissão de passagens promocionais. O órgão, vinculado ao Ministério da Justiça, atuará em conjunto com o Ministério do Turismo para tentar evitar prejuízos aos consumidores.

Segundo a Senacon, a modalidade de venda de passagens por meio de transferência de milhas precisa obedecer o Código de Defesa do Consumidor, e a cláusula contratual que permita cancelamento de forma unilateral é abusiva e, conseqüentemente, nula.

Na noite de sexta-feira, a 123 Milhas anunciou a suspensão de passagens e pacotes promocionais com embarque previsto de setembro a dezembro de 2023. Em **comunicado**, a companhia aponta como causas "fatores econômicos e de mercado", como a elevada taxa de juros e preços das passagens.

A empresa informou que devolverá integralmente os valores pagos pelos clientes por meio de "vouchers", acrescidos de correção monetária de 150% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Os vouchers poderão ser usados apenas em outros produtos da 123 milhas, como passagens, hotéis e pacotes turísticos, adquiridos dentro da plataforma.

De acordo com o secretário da Senacon, Wadih Damous, a empresa é obrigada a oferecer o dinheiro de volta como ressarcimento, e não voucher. "A empresa não pode impor como ressarcimento uma modalidade que não seja dinheiro. Ela até pode oferecer os vouchers, mas os consumidores têm que ter a possibilidade de escolher a modalidade de ressarcimento que quiserem. A responsabilidade pela rescisão unilateral é da empresa. Então, isso é nulo", afirmou.

O Instituto Brasileiro de Cidadania (Ibraci) apresentou à Justiça uma ação civil pública em que pede o bloqueio das contas bancárias ligadas à agência e aos sócios ou acionistas da empresa.

O ministro do Turismo, Celso Sabino, informou que a pasta suspendeu a agência do Cadastur, um cadastro nacional de empresas do setor que possibilita a obtenção de empréstimos e financiamentos em bancos oficiais.

Sonho interrompido

A enfermeira Gyslenia Alves, 38 anos, contava os dias para a viagem para a Europa em outubro, que estava planejada desde julho do ano passado. "Iria com meu marido, minha cunhada e o esposo dela. Juntamos dinheiro por mais de um ano, marcamos férias no trabalho e, agora, tivemos essa surpresa", lamentou.

Segundo a enfermeira, o prejuízo com as passagens será de R\$ 1.900 por pessoa, mas chegará a mais de R\$ 11 mil considerando toda a programação da viagem, que ela acredita que não conseguirá mais fazer. "Já estamos com tudo pago, hospedagens e passagens internas, íamos para Roma, para Paris. Oferecer apenas um voucher é inadmissível, eles tem que dar outra opção para o cliente. Pretendemos entrar na Justiça para reaver o prejuízo e obter ressarcimento por danos morais." Especialista em direito do consumidor, a advogada Gabriela Guerra aconselha os clientes lesados a reunirem todas as provas possíveis para reaver custos adicionais com a viagem planejada. "De reservas de hotel que não conseguiram cancelar sem nenhum desconto, voos extras que já tinham adquirido à parte, enfim, toda a documentação necessária para uma ação indenizatória caso a empresa não assuma os prejuízos", orientou.

A também advogada Bárbara Willians destacou que o cliente não tem obrigação de aceitar o voucher. "É possível forçar a empresa a fazer essa viagem. Mas é preciso entrar com uma ação judicial, não há alternativa. Tanto o Procon quanto o Reclame Aqui são órgãos que as pessoas procuram, mas que não têm poder de obrigar a empresa a tomar algum tipo de decisão", disse.

Assim como a 123 Milhas, a Hurb, no início do ano, passou pelo mesmo processo. Em ambos os casos, de acordo com especialistas, o motivo do cancelamento é o mesmo: a impossibilidade de realizar as viagens no preço contratado pelos clientes. As empresas oferecem passagens e hospedagens abaixo dos preços de mercado. No entanto, em alguns pacotes, as viagens não têm data marcada, porque é necessário buscar os dias de voo e estadia mais baratos.

Com o crescimento da busca por viagens após a pandemia, a **inflação** de serviços, como passagens aéreas, hospedagens e passeios inviabilizou o valor das viagens, e as empresas passaram a não encontrar

opções dentro da faixa de preços cobrada nos pacotes.

Defenda-se

Saiba o que fazer caso sua viagem tenha sido suspensa

1. Entre em contato com a companhia, pedindo o cancelamento da viagem. É importante que toda a comunicação seja registrada.
2. Se esse contato não for satisfatório esclarecer as dúvidas, é aconselhável registrar reclamação junto ao Procon de sua cidade ou estado.
3. Além disso, abra uma reclamação no SAC da empresa, bem como no consumidor.gov.br. Quanto mais provas tiver, mais fácil será conseguir uma indenização por todos os prejuízos.
4. Caso tenha alguma operação que envolva pagamentos, o Procon recomenda não interrompê-los, mesmo diante da suspensão da oferta. Os clientes devem cumprir com sua parte no contrato.
5. Se a viagem estiver próxima e a suspensão atrapalhar em curto prazo, a recomendação é buscar uma liminar na Justiça para reaver a passagem ou para que a empresa compre outra de imediato.

Fontes: Procon-SP e advogados

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/08/22/all.pdf>

Com mais investimento, agronegócio avança e fortalece economia

Um dos motores do **PIB** nacional, a agricultura empresarial terá aporte recorde de recursos pelo Banco do Nordeste (BNB). A projeção do banco é investir R\$ 11,5 bilhões no exercício 2023/2024, nm incremento de 15% em relação ao período 2022/2023.

Ao considerar a posição do final do primeiro semestre de 2023, a instituição mantém ativos globais de R\$ 66,8 bilhões, nm acréscimo de 5.8% em relação aos R\$63,17 bilhões existentes em dezembro de 2022. Estão incluídos nos ativos do BNB os valores relativos aos recursos disponíveis 110 Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e os recursos comprometidos com operações de crédito _ operações contatadas e que aguardam liberação de recursos.

O banco atua fortemente 110 apoio ao desenvolvimento do semiárido e do cerrado nordestinos. com destaque para as regiões do Matopiba, Soalha e Vale do São Francisco, além de estar presente em parte de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Além de financiar a produção rural, fortalecendo as atividades relacionadas à agricultura, à pecuária e à agroindústria, o BNB também investe na pesquisa, na difusão e na utilização de tecnologias 110 campo. Um dos pontos de atenção é a conectividade, com o uso de ferramentas para aumentar a produtividade e a eficiência e o incentivo à utilização de tecnologia de convivência com a seca e o combate à desertificação.

Outra atuação estratégica da entidade está na ampliação das áreas irrigadas, com a racionalização do uso dos recursos hídricos.

Renato Fonseca, produtor que cria gado e cultiva milho e soja na fazenda Mocambo em Lagoa dos Patos, 110 norte de Minas Gerais, transformou a produção com a aquisição de novos equipamentos.

O agricultor instalou um pivô para irrigação e investiu na recria e na engorda de 35 bovinos.

Gomo resultado, atualmente a fazenda produz 200 sacas de milho e 60 sacas de soja por safra, estas últimas totalmente destinadas à exportação. Durante o período de colheita, a propriedade chega a contratar dez funcionários.

"Se você se alimentou hoje, agradeça ao agro", diz o produtor.

O superintendente estadual do Banco do Nordeste para Minas Gerais, Wcsly Maciel, conheceu a propriedade de Fonseca e ressalta que o agricultor assiste ao crescimento de suas receitas com o uso do pivô e já é uma referência para os demais produtores de sua região.

O executivo acrescenta que o BNB oferece recursos para apoiar todos os empreendimentos no campo, desde a agricultura familiar até projetos de grande porte.

"O Banco do Nordeste tem responsabilidade redobrada", completa Paulo Câmara, presidente da instituição.

Ele reconhece o tamanho do compromisso do BNB com a produção agrícola e a pecuária em sua área de atuação. Isso porque o Banco do Nordeste é a instituição que mais financia o trabalhador 110 campo na região e cada real aplicado nas atividades agropecuárias tem forte impacto na economia brasileira.

"O BNB contribui com o Governo Federal de uma forma muito ativa 110 desenvolvimento do agronegócio 110 Brasil. Mostra disso é que, mesmo com apenas 9% da rede bancária instalada na nossa área, nós respondemos por mais da metade do crédito rural. Quando se trata de agricultura familiar, nós respondemos por 94% das operações", explica Paulo Câmara.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50376>

Selic menor vai aliviar peso da dívida

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA / COLABOROU THAÍS BARCELLOS

A perspectiva de queda dos juros nos próximos meses pode garantir ao governo uma economia de cerca de R\$ 310 bilhões nas despesas com juros da dívida pública entre agosto deste ano, início do ciclo de queda da Selic, e dezembro de 2024. O cálculo baseia-se em um cenário de redução da taxa básica de juros dos atuais 13,25% para 9,50% ao ano em agosto de 2024, com a taxa ficando nesse patamar até dezembro.

Dessa forma, a queda das despesas com juros da dívida chegaria a R\$ 45 bilhões, neste ano, e a R\$ 264 bilhões em 2024. Os números foram calculados por Daniel Leal, que por nove anos permaneceu na coordenação geral de operações da Dívida Pública (Codip) no Tesouro Nacional.

Segundo ele, esses dados indicam a importância do ciclo de queda da Selic para a redução do custo da dívida bruta e também do déficit nominal das contas públicas - que leva em conta receitas menos despesas, mais os gastos com os juros da dívida.

De acordo com o último dado do Banco Central, a dívida bruta fechou o mês de junho em R\$ 7,6 trilhões (73,59% do **PIB**). No cenário projetado por Leal, a relação entre a dívida pública e o **PIB** pode cair aproximadamente 0,42%, em 2023, e 2,33% em 2024.

Ainda na avaliação do economista, que hoje é estrategista da corretora BGC Liquidez, a sinalização de melhora das contas públicas tende a ter mais importância do que zerar o déficit em 2024 - meta fiscal prevista no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que serve de base para a elaboração do Orçamento.

"O déficit zero não vai ser fácil entregar. Mas havendo uma melhora nas contas, um déficit menor, o mercado vai reconhecer que não há descompromisso fiscal", diz, com a ressalva: "Mas, se o mercado sentir que está voltando aquela toada desenvolvimentista que houve nos governos do PT, tudo que está sendo construído agora vai por água abaixo." FOCUS. O ritmo de queda dos juros, definido pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC, depende em última instância da trajetória da **inflação**. Novos dados do Boletim Focus, uma compilação feita pelo BC com as projeções do mercado financeiro, mostraram que, após o aumento dos combustíveis pela Petrobras, na

semana passada, a estimativa para a **inflação** medida pelo IPCA para 2023 voltou a subir, de 4,84% para 4,9%. Para 2024, que tem maior peso nas decisões do Copom, porém, houve manutenção das expectativas em 3,86%.

A projeções para a Selic mantiveram-se em linha com a indicação dada pelo Copom de seguir com os cortes de 0,5 ponto porcentual nas próximas reuniões. A mediana para a Selic no fim deste ano continua em 11,75%, caindo para 9% em dezembro de 2024.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Em julho, 89% das categorias têm reajuste acima da inflação, diz Dieese

Dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), divulgados ontem, indicam que, de 165 categorias analisadas com data-base em julho, 89,1% conquistaram reajustes reais de salário, e 10,3% tiveram ganhos iguais à **inflação** dos últimos 12 meses. Segundo o Dieese, só uma categoria (o equivalente a 0,6% do total) ficou abaixo do índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), usado como base para as negociações. Em julho de 2022, 66,5% das categorias tiveram reajuste abaixo da **inflação**.

O relatório do Dieese mostra ainda que somente uma categoria teve parcelamento do reajuste. Já o escalonamento dos valores, que corresponde ao pagamento de reajustes diferenciados segundo faixas salariais ou tamanho das empresas, ocorreu em 6,1% das negociações de julho, menor percentual no ano.

Este ano, das 9.829 negociações, 76,5% conseguiram resultados acima da **inflação**, enquanto que 18% registraram ganhos iguais ao INPC. Em apenas 5,5% as negociações ficaram abaixo do índice. A variação média dos resultados de janeiro até 10 de agosto é de 0,75% acima do INPC.

SUDESTE NA FRENTE

No Sudeste, 80% dos resultados ficaram acima da **inflação**, seguido pelas regiões Norte, Centro-Oeste e Sul, com 75%. No Nordeste, o percentual foi de 67,4%. Já os resultados abaixo do INPC variaram entre 1,4%, no Sul, e 10,1%, no Nordeste.

Na indústria, 82,6% das negociações resultaram em aumentos reais, e 12,7% tiveram reajustes iguais ao INPC. Apenas 4,8% das negociações do setor ficaram abaixo da **inflação**.

No setor de serviços, os reajustes superiores à **inflação** chegaram a 79,3%, enquanto 14,4% se igualaram ao INPC e 6,3% ficaram abaixo.

No comércio, o percentual de resultados superiores ao INPC é menor (53,5%). No entanto, cerca de 42% das negociações registraram reajustes equivalentes à **inflação**, o que mostra que somente 4,8% não conseguiram repor as perdas entre janeiro a julho de 2023.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>